mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 7
SETEMBRO-OUTUBRO 2014
TRIMESTRAL / ANO II
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

Encontrar, contribuir e distribuir o Jornal MAPA // pág.18

SALTA MONTES PERCURSOS DE RESISTÊNCIA **DESNORTE** UM DOCUMENTÁRIO **BALDIO** ENTREVISTA: OFICINA ARARA

CADERNO // SAÚDE

DA DEPENDÊNCIA À AUTONOMIA

O jornal MAPA compila e publica um conjunto de artigos de diferentes naturezas, que convergem no objectivo de oferecer elementos para o pensamento e a reflexão sobre essa vasta questão que é a saúde. Denunciar as relações entre a indústria farmacêutica e as práticas clínicas é tão importante quanto analisar a industrialização da saúde. Da mesma forma, é importante difundir as redes de resistência e a partilha de conhecimentos que contribuem para a criação de alternativas ao actual sistema. Seja de que perspectiva for, não podemos ignorar que a saúde é uma questão que diz respeito a todos.

// Denúncia
Os caminhos entre o médico e a farmácia pgs. 9 a 11
Parto na água suspenso em Setúbal pg.17

// Entrevista
"A Saúde nas Nossas Mãos" pg.12

// Alternativas
Haja saúde! pg.13

// Análise
A industrialização da Saúde pgs. 14 a 16

// Resistência
Rede Federica Montseny pg.17

LATITUDES:

A casa é de quem lá vive

págs. 6 e 7

A cidade de Torino ganhou, nos últimos anos, a fama de capital italiana dos desalojos devido ao aumento drástico do número de pessoas e famílias que foram despejadas de suas casas. Nos tribunais a razão mais comum é o atraso no pagamento das rendas. No entanto essa é apenas uma ponta visível da grave crise económica e social que, tal como no resto da Europa, atinge a habitação e as condições de vida nas cidades. Perante esta situação, a resposta dos torinenses tem sido visível através dos Centros Sociais Ocupados e do papel da Assembleia Anti-Despejos, que tem organizado a resistência aos despejos, juntamente com várias famílias. No passado mês de Junho a repressão do Estado Italiano fez-se sentir sobre esta luta e inúmeras pessoas ligadas ao movimento foram detidas.

NOTÍCIAS À ESCALA:

O pó negro de Aljustrel

págs. 4 e 5

Na vila Alentejana de Aljustrel a presença de um pó negro no ar, mais do que conversa de café, é uma evidência de que os impactos da histórica actividade mineira na economia e ambiente da região são uma questão urgente. Este pó é composto por finas partículas de metais pesados e pode causar graves problemas de saúde. A indústria mineira, que voltou a Aljustrel em 2007 pela mão da empresa Almina do grupo Martifer, aproveita-se do facto de empregar 600 pessoas para contornar este impacto ambiental gravíssimo. Resta a certeza de que Aljustrel é dos concelhos de Portugal com maior incidência de cancro de pulmão.

RETROVISOR:

Portugal e a Guerra Civil espanhola

págs. 19 a 21

O envolvimento directo de Salazar, e da ditadura de que foi o máximo expoente, no golpe militar de 17 de Julho de 1936 contra a IIª República espanhola tem sido minimizado pela historiografia oficial, alegadamente por falta de provas documentais. Contudo, uma análise dos factos conhecidos, refrescados pela divulgação recente das reuniões mantidas pelo ditador, no próprio dia do golpe, às 22:45, com Ricardo Espírito Santo, presidente do BES, o banco que desempenharia um papel fundamental no financiamento da sublevação fascista, e, no dia seguinte, 18 de Julho, com o chefe dos conspiradores, General Sanjurjo, exilado em Portugal, torna evidente esta implicação.

Verão policial

O último verão ficou marcado por uma crescente ocupação policial do espaço público. O relato de alguns episódios recentes coloca em evidência o clima de medo deixado por uma polícia cada vez mais armada e violenta.

ANA RUTE VILA E JOSÉ PEDRO ARAÚJO
ANARUTEVILA@JORNALMAPA.PT
JOSE.P.ARAUJO@JORNALMAPA.PT

Inscrição na parede na Avenida 5 de Outubro, Setúbal.

Grandes operações policiais, com dezenas de agentes armados, tornaram-se comuns no quotidiano da cidade de Lisboa e da sua periferia, de Setúbal até Sintra ou Cascais. Banais tornaram-se rusgas em zonas de diversão nocturna, operações stop em rotundas e estradas nacionais, identificações e revistas aleatórias nas ruas, operações em transportes e, acima de tudo, uma ocupação violenta, militar e permanente do espaço público que lança o caos e a confusão na rua. Também em manifestações, greves e protestos em fábricas e escolas, por esse Portugal fora, não são raros os casos de detenções, de espancamentos e perseguições, que chegam muitas vezes com acusações forjadas aos tribunais.

LUÍSA TODI CONTRA O PUNK

Na noite de sábado, dia 12 de Julho, por entre o burburinho nocturno da Avenida Luísa Todi, Setúbal, um concerto na esplanada do bar Abstracto animava a noite, captando, por entre os transeuntes, uma fiel assistência. Pouco tempo passou até que um carro da PSP, ao parar no passeio, fizesse surgir dois agentes, de luvas já colocadas, que se deslocam ao interior do estabelecimento para exigir as respectivas licenças. Mostrados os documentos, os agentes desapareceram, claramente incomodados por nada haver a apontar.

Menos de uma hora depois, uma carrinha do corpo de intervenção, deslizando lentamente pela Avenida, pára novamente no local do concerto. O concerto transforma-se então numa rusga policial, em que vários indivíduos são violentamente encostados à parede, revistados e ameaçados. O número de carros multiplica-se, os agentes descaracterizados emergem no meio da assistência, os extensíveis ganham comprimento e tornam-se claros os planos de um ataque premeditado ao concerto.

Daqui em diante é a polícia quem manda: quem fala é agredido, quem protesta é detido, quem se mexe ou tenta ajudar alguém é espancado. O espaço é ocupado. Em pouco tempo a situação explode à conta do uso crescente de violência por parte da polícia. Os revistados passam a ser algemados no chão e começa uma chuva de gás pimenta, empurrões e bastonadas sobre a multidão, na qual se encontravam crianças. O resultado são dentes partidos, corpos amolgados, homens, mulheres e crianças com os olhos a arder e polícias inchados de prazer. Os resultados são quatro detidos, sequestrados numa esquadra de onde só saem de manhã. Para além das marcas nos corpos, fica a promessa de que serão acusados de agressão, difamação, resistência e coacção.

A cidade de Setúbal é, principalmente nos meses de Verão, revestida de contradições difíceis de esconder. As recorrentes operações, rusgas e fiscalizações arbitrárias que as forças policiais realizam no centro da cidade coexistem lado a lado com um espaço público quase dedicado na sua totalidade à actividade turística, onde o cheiro dos produtos regionais e das praias locais se funde com o barulho das sirenes da polícia e o sangue deixado na calçada após as noites de rusga.

PRÓXIMA ESTAÇÃO: VIOLÊNCIA

Na grande Lisboa, estações de comboios como Rossio ou Cais do Sodré têm sido palco de gigantes operações envolvendo diversos corpos policiais, da PSP ao SEF, que realizam caças ao passageiro sem bilhete ou ao emigrante sem documentos. Tenta-se, à viva força, encontrar "suspeitos" por variadas razões. A partir de um relato publicado recentemente no blogue ***Ladrões de Gado*** e difundido através das redes sociais**,** torna-se claro que estas operações servem unicamente *"para criar insegurança à maioria das pessoas, para nos habituar ao controlo constante*", visando principalmente imigrantes, "*mais sujeitos à chantagem dos papéis*". Há quem filme e fotografe a actuação das autoridades, apenas para ver as imagens no momento da revista. Simultaneamente, tenta-se incutir o dever da denúncia, com campanhas de "combate à fraude".

Do relato anterior salta ainda à vista a confirmação de que as rusgas, as fiscalizações e as operações vieram para ficar e também que elas fazem parte de uma guerra a acontecer: "*esta não foi a primeira, nem será a última, destas operações. Acontecem regularmente na periferia e, cada vez mais, no centro da cidade*", como refere o blogue.

> (…) DAQUI EM DIANTE É A POLÍCIA QUEM MANDA: QUEM FALA É AGREDIDO, QUEM PROTESTA É DETIDO, QUEM SE MEXE OU TENTA AJUDAR ALGUÉM É ESPANCADO

DE NOVO UM ARRASTÃO?

Os noticiários do dia 21 de Agosto ficaram marcados pelo pânico e confusão num encontro de jovens em Lisboa. Falava-se em cerca de 600 jovens, a maioria negros, que teriam provocado desacatos no Centro Comercial Vasco da Gama, o que terá justificado um enorme "varrimento" policial, com direito a quatro detenções. A PSP justificou a acção como uma tentativa de conter o caos deixado à passagem dos jovens, com furtos, agressões e correrias, muito semelhante ao "arrastão de Carcavelos", em 2005.

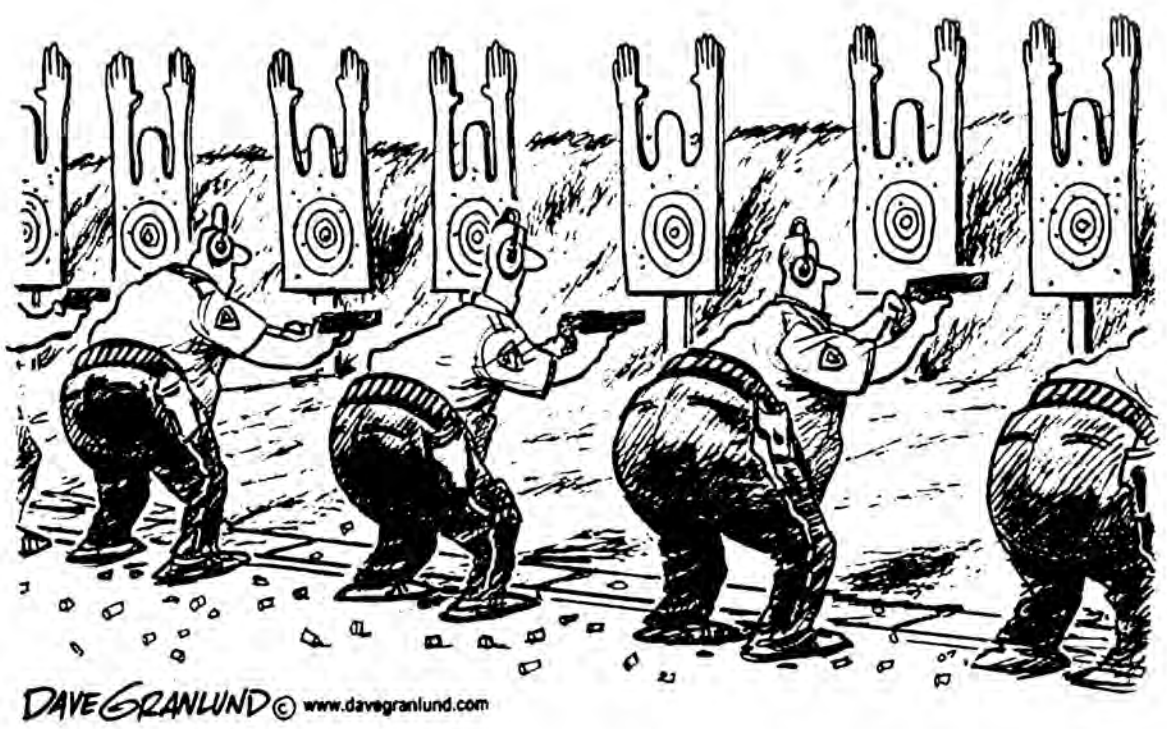
O "arrastão" de 2005, na praia de Carcavelos, onde supostamente centenas de indivíduos negros correram a praia assaltando e agredindo os banhistas, foi amplamente noticiado pelos média. Contudo, dias depois verificou-se que o acontecimento alarmista nunca tinha acontecido. Quase dez anos depois a história repete-se e aparentemente nada se aprendeu com os erros passados.

Enquanto a PSP alega que "dezenas de jovens invadiram os corredores do centro comercial e começaram a correr desenfreadamente, entrando em algumas lojas", no dia seguinte ao encontro, o director do Centro Comercial afirmou que "não houve vandalismo nem furtos", conforme mostram as imagens de videovigilância, que não mostram qualquer invasão. Ainda assim, a PSP já declarou que vigiará de perto os próximos *meets*, que não são mais do que encontros convocados nas redes sociais para o convívio entre adolescentes.

Segundo o relato de vários jovens, a polícia actuou de forma extremamente violenta e racista, tendo sido detidas quatro pessoas. Duas foram presentes a tribunal, e condenadas a penas suspensas e trabalho comunitário, embora não tivessem antecedentes criminais. Num vídeo publicado nas redes sociais são visíveis dois polícias a barrar a entrada a jovens negros, enquanto deixam passar indivíduos brancos. Vários jovens foram agredidos à bastonada, incluindo uma rapariga grávida de cinco meses, atirada violentamente para o chão.

Os casos expostos são, infelizmente, uma pequena amostra do terrorismo policial que acontece todos os dias, com maior ou menor visibilidade. Relativamente a estes casos são constantes as denúncias de ilegalidades na actuação da polícia. Comuns são detenções para lá dos prazos previstos por lei, recusa de contacto com advogados, detenção arbitrária, e sem justificação, e impedimento de captação de imagens de agentes por parte de cidadãos.

A polícia actua hoje como um grupo armado que sonda as ruas em busca de problemas, plantando a confusão à sua passagem e criando falsas notícias com a complacência dos média. Recordem-se os casos de Ruben, 18 anos, morto durante uma perseguição policial em Setúbal após um acidente provocado pelo disparo de balas de borracha, ou de Musso na Amadora, 15 anos, que não sobreviveu a lesões cerebrais resultantes do espancamento numa esquadra.



Violência policial e racismo em Ferguson (EUA)

Quando, a 9 de Agosto, um adolescente negro de 18 anos foi morto pela polícia, a cidade de Ferguson, Missouri (EUA) acolheu uma enorme onde de protestos, denunciando a violência e racismo por parte das forças policiais. O jovem, Michael "Mike" Brown, que estava desarmado, foi abordado por um agente por estar a caminhar no meio da estrada, sendo seguidamente alvejado seis vezes, como confirmam a autópsia e várias testemunhas presentes no local.

Seguiu-se uma vaga de indignação por parte da população local, que rapidamente alastrou por todo o país, uma vez que morte de jovens negros às mãos das forças policiais não é novidade (ver caixa). A resposta da polícia também não tardou. A abordagem do agente a Mike Brown começou por ser justificada por um alegado assalto pelo qual o jovem tinha sido responsável momentos antes da sua morte. Não só se demonstrou que na altura dos disparos o agente não tinha sido informado do assalto, como o dono da loja veio recentemente afirmar que nunca viu Mike Brown.

Os protestos têm sido fortemente reprimidos, com a presença da Guarda Nacional (força militar), sendo até decretado recolher obrigatório durante algumas semanas. A Administração Federal de Aviação chegou a proibir voos sobre Ferguson, a pedido da polícia. Multiplicam-se os relatos de granadas de gás e uso de balas de borracha, enquanto o número de feridos e detidos vai aumentando.

LISTA COM ALGUNS DOS ASSASSINATOS PERPRETADOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA

19/08 – Kajieme Powell, alvejado na rua por gritar com dois polícias.
18/08 – Armand Bennet, alvejado durante uma operação stop.
14/08 – Dante Parker, atingido várias vezes com taser.
11/08 - Ezell Ford, alvejado enquanto estava deitado no chão, por ordem policial.
9/08 – Michael Brown, alvejado seis vezes por caminhar na rua.
05/08 – John Crawford, alvejado num supermercado por segurar uma arma de plástico.
02/08 – Omar Abrego, espancado após ser mandado parar de carro.
17/07 - Eric Garner, asmático, estrangulado por vender cigarros, embora não tivesse cigarros consigo.

Ucrânia: guerra suja e propaganda

NUNO PEREIRA

Em diversos meios de comunicação social europeus (alguns ligados à esquerda) tem sido difundida a ideia de que na guerra "civil" que destrói o leste ucraniano se debatem dois campos ideológicos: de um lado, golpistas de Kiev ligados à extrema-direita ucraniana, e do outro, separatistas pró-russos, aos quais se têm juntado voluntários anti-fascistas europeus.

Contudo, esta visão é facilmente desmontável. A guerra é militar, não civil. Os "voluntários", que de um lado e do outro se somam às linhas da frente, são conhecidos protagonistas da extrema-direita, tanto russa como ucraniana. Embora pouco se saiba sobre o financiamento dos separatistas, tratam-se de fascistas russos de correntes políticas "identitárias" e "euro-asiáticas", que ocupam lugares de destaque, como Andrey Purgin, o "primeiro-ministro da República Popular de Donetsk"[1]. De facto, com os separatistas lutam dezenas de russos, chechenos, afegãos, muitos sendo mercenários que a troco de rublos lutam pela "grande pátria russa".

No outro lado, o "sector direita" (coligação de partidos e grupos militantes da extrema-direita ucraniana) através de batalhões como o "Azov" apoia o avanço das tropas ucranianas, funcionando como linha da frente de infantaria. São os mesmos fascistas que lutaram na linha da frente da insurreição na praça Maidan, Kiev, no ano passado. Mesmo que financiados, o "sector direita" dispõe de menos meios mas uma entrega ideológica muito maior relativamente ao lado russo, sendo usado como "carne para canhão" para as mesmas forças políticas e militares que, durante a Guerra Fria, já haviam usado a extrema-direita contra o avanço do comunismo, da esquerda radical e do anarquismo na Europa.

O crescente apoio de sectores da esquerda e extrema-esquerda europeia aos separatistas russos resulta de uma predominante preguiça intelectual, visto que facilmente se iludem com um pouco de propaganda ao velho estilo soviético. É assim que, por exemplo, se gera confusão quando grupos fascistas italianos, como o grupo "Millenium" (um grupo de "esquerda nacional" italiano), publicam fotos juntos com os seus "camaradas" russos. Na prática são velhos fascistas com uma nova roupagem.

Por outro lado, a extrema-direita europeia alinha com Moscovo, por considerar que a Rússia é o garante de uma possível desintegração da União Europeia e por simpatizar com o autoritarismo musculado de Vladimir Putin. No acto de anexação da Crimeia, os convidados a "observadores internacionais" ao referendo eram enviados de partidos como a Frente Nacional francesa e o Jobbik húngaro, ou o KKE partido comunista grego[2].

Nas frentes de batalha da guerra que devasta o território ucraniano, que de "civil" só tem os mortos, trava-se uma guerra propagandista, e não ideológica.

/// NOTAS

1 goo.gl/l3KUmC
2 goo.gl/LbZKwY

mapa: Jornal de Informação Crítica
Queres receber o MAPA no conforto da tua cabana, barraca, tipi, ou até no teu desconfortável T2 de bairro dormitório?
PESQUISA
INÍCIO EDITORIAL NOTÍCIAS CADERNO CENTRAL CRÓNICAS RETROVISOR ENTREVISTAS
Novas energias, velhos poderes
Ao salto dos montes: Serra do Caldeirão
Notícias À Escala
Latitudes
Curtas

<Todos os artigos, notícias actualizadas e curiosidades diversas em_

www.jornalmapa.pt

O pó negro de aljustrel

A vila de Aljustrel vê-se envolta num pó negro composto por finas particulas de metais pesados fruto da actividade mineira que se reactivou na região em 2007 através da empresa Almina do grupo Martifer.

PATRÍCIA COLUCAS

FILIPE NUNES com ANTÓNIO HOMEM SAMARRA
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Em Aljustrel o pó negro da laboração gananciosa da mina cola-se na pele e na boca. Mas a sua relação umbilical com a vila alentejana continua a impedir, em nome de um propagado desenvolvimento económico, que se questione qual é afinal o preço a pagar pela saúde e pelo ambiente por esse pó que cobre as casas da vila, as mesmas que tremem cada vez mais ao ritmo dos rebentamentos diários da exploração mineira. A factura do pó é cobrada com uma elevada taxa de cancros e subjugada com o salário da mina. Ninguém reclama ou pretende o fim da mina, mas vai crescendo uma inquietação social que desafia os velhos estigmas das preocupações ambientais e da saúde, convertidos em temas tabu em nome da inquestionável produtividade económica.

Ser de Aljustrel é ser mineiro. Para quem aí vive, a mina está em todo o lado: cerca a vila e entranha-se na sua terra, rendendo-se o seu povo ao argumento, por força de mil vezes repetido, de que a mina é a sua única fonte de riqueza. Essa força de sustento nunca foi exclusiva, nem para a economia da região, nem para que se prescinda do trabalho no campo para poder haver comida em casa, mas o cante do coro dos mineiros não esconde a força dessa relação: qualquer pessoa tem ou teve alguém aí a trabalhar, numa sensação de que a mina pode ser mãe ou madrasta.

Para longe ficou a memória dos seus inícios, da rejeição popular à mina que veio destruir as riquezas naturais (ver caixa), e cedo a mina começou a fazer parte do ADN de Aljustrel. Por ser fonte de trabalho, tudo ou quase tudo se ia perdoando e para que houvesse esse perdão a própria mina nasceu com a sua própria força policial, secundada e substituída pela repressão das autoridades quando a labuta nos poços e profundezas atingia limites insuportáveis de dignidade. Houve contestação, mortes, resistências e solidariedades, dando corpo ao imaginário (real) das lutas dos mineiros. Essa identidade atravessou todo o século passado, para chegar ao século XXI esgotada do sindicalismo revolucionário ou combatente das décadas de 30 e 60. Quando se dá o retomar da laboração da mina em 2007/8 pela empresa Almina, do grupo Martinfer, já o grosso da actividade mineira se deslocara anos antes para o concelho vizinho de Castro Verde, onde nos finais dos anos 80 nascera a maior mina da Europa, reduzindo Aljustrel a uma espécie de parente menor do filão da indústria mineira, mas ainda assim sem deixar de pesar sobremaneira no concelho ao empregar cerca de 600 pessoas.

A SAÚDE EM RISCO

Passado o tempo das efusivas promessas, no qual a retoma da actividade mineira sempre foi terreno fértil para render votos a sucessivos governos municipais e nacionais, a comunistas, socialistas ou à direita, há algo a assombrar o quotidiano de Aljustrel – um pó negro que assenta nas casas e nos pulmões. Quando aqui chegamos, basta aproximar-nos das entradas da vila, para ver as vísceras da terra a céu aberto e perceber aquilo de que tanto se fala entre os aljustrelenses.

Os mais velhos recordam como o pó da mina sempre foi uma realidade, enumerando os que morreram da silicose ao longo das décadas. Mas foi logo no arranque da laboração, em 2008, que se deram os primeiros alertas, denunciando o Sindicato dos Mineiros (STIM) as poeiras contendo pó de sílica que se espalhavam pela vila: "um risco para a saúde dos trabalhadores da mina e dos habitantes de Aljustrel que inalarem as poeiras"[1]. Actualmente esse pó tornou-se uma preocupação demasiado óbvia. Fruto de uma maior movimentação de minério, atinge toda a terra, com os ventos predominantes de Oeste a levarem o pó, sobretudo vindo da lavaria, directamente para a vila. O lamento é geral, e dizem-nos que é impossível ter algo sem que esteja coberto de pó.

As pessoas que vivem mais perto da mina dão conta dessa "luta inglória", como refere uma moradora que lava a sua varanda duas vezes ao dia e tem a água completamente preta: "quando o tempo está mais seco é horrível, anda uma nuvem de poeira sobre o ar". Quem aí trabalha diz-nos que "quando de manhã venho trabalhar para Aljustrel pela estrada de Beja, quando se começa a avistar a vila, vê-se uma espécie de cúpula de pó a envolver a terra". Outro testemunho relata que "quando chego de noite e passo junto à mina, há uma poeira tão intensa no ar que parece nevoeiro. Terraços e telhados de Aljustrel estão todos cheios de um pó negro". Por isso mesmo questiona-se: "o que interessa é envolver as pessoas neste problema que é de saúde pública, é de todos, se o problema existe, onde estão as entidades responsáveis?"

O pó preto de que se fala resulta dos processos de britagem (trituração) e de estocagem (queda no parque) do minério em bruto. Poeiras que contêm finas partículas de metais pesados, como cobre, manganês, chumbo, mercúrio, níquel, arsénio, etc. Os riscos para a saúde, uma vez inalados ou depositados nas hortas, solos e linhas de água, são manifestos, podendo causar distúrbios neurológicos e graves problemas respiratórios e cancerígenos. Aljustrel é dos concelhos de Portugal com maior incidência de cancro de pulmão e o acaso não mora aí.

A CULPA MORRE SOLTEIRA

A razão da grave escala do problema resulta, no dizer de alguns dos mineiros que escutámos, da ganância da mina que não quer gastar energia nem água, contrastando com o que se passa nas minas de Castro Verde, onde a lavaria tem "aspersores a fazer cair água em cima do minério para não levantar poeiras e na Almina isso não existe." Aí, diz-nos um mineiro – que preferiu não divulgar o seu nome – "nos primeiros dias que trabalhei na lavaria nem conseguia respirar. Tenho sempre um pó preto no nariz". Já a mina anuncia na sua página web que "respeita todas as normas ambientais em vigor recorrendo às mais modernas tecnologias disponíveis". No entanto é notória a falta de clareza e de frontalidade da mina e das entidades com responsabilidades nas poucas respostas disponibilizadas.

> ALJUSTREL É DOS CONCELHOS DE PORTUGAL COM MAIOR INCIDÊNCIA DE CANCRO DE PULMÃO E O ACASO NÃO MORA AÍ

Na verdade, assiste-se a uma total desresponsabilização do que sucede. As autoridades oficiais negam que existam riscos para a saúde pública. Em Junho passado o director dos Serviços de Minas e Pedreiras, José Silva Pereira, comentava à revista Visão que os dados do sistema de medição de poeiras não revelavam "nada de especial"[2]. Quatro meses antes, o Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente informava, na sequência do pedido da Autarquia à avaliação da qualidade do ar, que a CCDR, tendo feito essas recolhas, não podia dar resposta à presença de metais pesados pois "para uma avaliação qualitativa das partículas" eram necessárias análises "cujos equipamentos não estavam disponíveis"… Quanto aos Relatórios Ambientais Anuais enviados pela Almina, esse mesmo ofício da tutela datado de Março dava conta que o último entregue fora em 2010. E quanto à fiscalização às medidas de minimização e monitorização da qualidade do ar dispostos na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) de 2012 ao Alteamento das Instalações de Resíduos, é linearmente reconhecido que "desde a emissão da DIA, a CCDR não recebeu qualquer documento sobre o ponto de situação quanto ao cumprimento do estipulado na DIA".

Por outro lado, o Diagnóstico para a Sustentabilidade (2013), no quadro da Agenda 21 promovida pela Autarquia de Aljustrel, refere na caracterização ambiental do concelho que "a emissão de partículas provenientes da actividade mineira causam, por vezes, perturbações na população da vila", mas que no domínio da poluição atmosférica não existem "situações graves, pois as fontes de poluição (…) são irrelevantes"[3].

A SURDEZ MUDA DE ALJUSTREL

A essas respostas redutoras, soma-se um alarmismo quase mudo, apesar de haver um crescendo de inquietação e falatório. Embora exista uma corrente na população que esta farta do pó e dos malefícios da mina e que clama pela saúde das pessoas em primeiro lugar, logo se erguem vozes que avisam que falar sobre a mina é manda-la embora: "o que querem? Desemprego? A mina sempre existiu e sempre fez pó, não é novidade nenhuma"[4].

O mais grave ainda nessa inquietação surda-muda é a falta de objectividade de quem defende e exige uma maior responsabilidade ambiental e de saúde pública por parte da Almina em Aljustrel. Surgiu inicialmente um grupo, com ligações ao PCP, que com a aproximação das últimas eleições

autárquicas deixou de se ouvir; houve ainda um discreto abaixo assinado que correu alguns cafés da localidade; mas no fim de contas a veemência do protesto acaba por surgir apenas de forma mais fincada nalgumas páginas das redes sociais, mas também aí pouca gente dá a cara. O dar a cara não é fácil para os aljustrelenses e quem dá tem uma cautela confrangedora antes de iniciar qualquer conversa sobre a mina: dizendo que a apoia e que acha por bem que ela labore e que labore cada vez mais, não vá alguém duvidar da sua submissão aos interesses da mina.

Nessa tónica da submissão acaba por residir, no fundo, não só o impasse do problema ambiental e de saúde pública, como rapidamente se entrecruza com um regresso algo inesperado às mais básicas questões que as lutas dos antigos mineiros do século XX haviam enfrentado. Regressam à conversa as discrepâncias de salários, os trabalhos arriscados, a segurança duvidosa, os turnos intermináveis, etc..

A dificuldade em ultrapassar esse impasse e submissão é fruto da posição que o poder local e a população na sua generalidade assumiram. A defesa cega do sector mineiro como o garante da economia da terra sem querer aprender com a trágica herança dessa actividade. Olhar como Pilatos para o lado e adiar a imposição definitiva dos limites necessários que possam garantir a sobrevivência e o futuro dos aljustrelenses. O que significa acautelar a sua saúde e o seu ambiente sem que exista a preocupação com o aumento do valor das exportações da Almina e com o seu contributo para estatística económica nacional.

Entre esses dois pratos da balança é por isso importante que nos interroguemos sobre o sentido das palavras de Marcos Aguiar, assessor da Autarquia de Aljustrel, quando, ao defender naturalmente uma "incorporação plena do setor mineiro na estratégia de desenvolvimento sub-regional"[5], proclama "o reconhecimento social de um setor que emprega diretamente mais de dois milhares de trabalhadores, contribuindo, através desta valorização alargada, para o incremento de práticas de distribuição de lucros e de responsabilidade social e ambiental". Como se o incremento dessas práticas e a responsabilização social e ambiental fossem uma condição secundária dependente da valorização do sector mineiro e não uma condição prévia para este operar. Altura igualmente para nos questionarmos sobre a razão dos cerca de 30 milhões de euros que foram atribuídos pelo Estado a título de incentivo na retoma da mina, se terem esfumado durante o processo de degradação ambiental que causam estes pós negros, sem que nos esqueçamos precisamente dos "102 milhões de euros, com o largo contributo da atividade extrativa da empresa Almina", que colocaram Aljustrel como "o concelho português que mais aumentou as exportações nos últimos anos", como referia Marcos Aguiar no Diário do Alentejo.

Com menos pudores, podemos ler na página do Facebook "Não ao Pó da Mina" o questionar do assentimento economicista do problema, reconhecendo logo à partida que: "Sim, sempre houve pó, sim, basta pesquisar sobre os nossos antepassados e verificar que os trabalhadores/ população morriam precocemente devido à inalação contínua deste pó", para logo se reclamar que "se sempre houve um sim, acho que chegou a hora de dizer um NÃO! Não podemos viver agarrados a um passado onde não havia conhecimento e onde as mentalidades não estavam despertas para estas causas. Hoje em dia a parte ambiental é, ou deveria ser, uma área de destaque de qualquer empresa, principalmente de uma mina. A mina é um bem para as nossas gentes e para a nossa terra, mas não podemos deixar que a parte económica se sobreponha à saúde de uma população. Certamente haverá meios de minimizar toda esta situação que, falo por mim, está a tornar-se insustentável. Queremos a Nossa Mina, mas não matem a Nossa Terra!"[6].

> SE SOMARMOS O SILÊNCIO INCÓMODO DESTE PROBLEMA AMBIENTAL E DE SAÚDE PÚBLICA AO CONSENTIMENTO DA LAVRA MINEIRA GANANCIOSA E SEM CONTROLO, NÃO PODEREMOS NUNCA DESEMBOCAR NUM DISCURSO HONESTO QUE FALE DE UM MODELO ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEL

POR UMA TERRA QUE NÃO VIVE,
ÁGUA E AR VENENOS,
PAISAGEM MORTIFICADA?
É ESTE LUTO QUANTO DURA?
ORA, ORA...
OS NETOS DOS TEUS NETOS,
E OS FILHOS DESTES TAMBÉM
TERÃO O QUE CHORAR...

PATRÍCIA COLUCAS

QUE FUTURO?

As questões ambientais que a indústria mineira levanta talvez sejam nos dias de hoje das principais bandeiras de contestação social um pouco por todo o mundo. Por outro lado, o coro dos mineiros foi perdendo a força das suas antigas e combativas associações de classe, numa perda de conquistas que promoveu a precariedade dos vínculos laborais ao abrigo de subempreiteiros e dos novos códigos laborais que a crise veio justificar – ainda que não haja crise mas uma alta nos mercados dos metais. Conjuntura suficiente para se impor a laboração contínua da mina, o que em Aljustrel se reflectiu de imediato no ar negro que cobre a vila.

Deste modo, se somarmos o silêncio incómodo deste problema ambiental e de saúde pública ao consentimento da lavra mineira gananciosa e sem controlo, não poderemos nunca desembocar num discurso honesto que fale de um modelo economicamente sustentável para Aljustrel ou para a região. Esse desígnio apenas acentua a relação de dependência da mina – uma actividade volátil e de recursos finitos – com a região, na sua sobrevivência económica e social e sem que se conheça qualquer plano b; como por força dos crimes ambientais em curso, esse desígnio arrisca a que não haja lugar sequer para qualquer plano ou alternativa possível para aqui crescer ou viver o que quer que seja, só pagando um elevado preço na hora de aplicar os remendos à destruição causada. Quem dá crédito, por exemplo, a uma saída agrícola em terras poluídas?

Aljustrel já sabe aliás do que aqui se trata. Nos últimos anos entrou em curso – custeada pelo erário público, claro está, e não pela indústria mineira – a recuperação ambiental das áreas mineiras envolventes à vila. A mineração centenária é facilmente perceptível pelas águas alaranjadas que resultam da drenagem ácida das minas e que contaminaram as águas subterrâneas e os cursos de água, e que agora o estado português, através da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, procura minimizar.

Ao mesmo tempo que se trata dessa ferida ambiental, outra é aberta mesmo ao lado. Ritmadas pelas vibrações dos disparos com explosivos que do fundo da mina se propagam nas brechas das paredes das casas, vai esvoaçando o pó negro sob o qual ninguém deseja respirar fundo. Nem respirará descansado enquanto persistir essa ameaça. Quem sustenta essa ameaça, não se queixa nem dos lucros que aufere, nem do necessário compadrio politico que o acarinha. Já quem vê a sua saúde e a dos seus filhos condenada, pergunta-se afinal onde está essa força da classe mineira? Da população que verdadeiramente cuida dos seus? Que cuida da sua Terra e da Natureza que lhe resta ainda?

O MOTIM DE 1855 NA MINA DE ALJUSTREL

O historiador Paulo Guimarães conta-nos em "Conflitos Ambientalistas nas Minas Portuguesas (1850–1930)" (in De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal, 2013) a história do motim de 1855 na mina de São João do Deserto em defesa de um bem público. Nesse ano um acidente nessa mina, junto à vila de Aljustrel, leva a que durante o Verão as pessoas que se deslocavam a Aljustrel para se tratarem encontrassem a sua fonte seca. Aí, na Ermida de São João, as águas férreas eram procuradas por pessoas da região e todo o país para o tratamento de doenças da pele, do estômago e do paludismo. Não tardou, pois, que um grupo de homens armados invadisse o campo mineiro durante a noite e, cercando as casas do Director e dos seus empregados, lançasse gritos ofensivos à sua dignidade e entrasse em confrontos físicos. As autoridades não intervieram e acabariam por ordenar ao concessionário da mina o fornecimento de águas medicinais. O lugar termal foi deslocado posteriormente 1 km para jusante e manteve-se em actividade até meados da década de 1960.

/// NOTAS

1. goo.gl/vU5veb
2. goo.gl/T8pr27
3. goo.gl/krXSfF
4. Acerca da percepção social do risco, fruto da actividade mineira em Aljustrel, veja-se o estudo (2008) de Sandra Valente, Elisabete Figueiredo e Celeste Coelho, com a conclusão de que os riscos da actividade mineira são minimizados por referência aos benefícios económicos e sociais, decorrendo isso da tradição mineira local e do facto da população ter conhecido os efeitos da suspensão da actividade por mais de 10 anos antes da retoma em 2007/08. (goo.gl/5RKE0c)
5. goo.gl/q9R6uf
6. goo.gl/bByH54

La casa è di chi l'abita!

Perante o aumento dos processos de despejo na cidade de Turim habitantes do bairro de Aurora têm-se auto-organizado para resistir. É esta resistência que o estado italiano tenta agora sufocar através de um mega-processo contra diversas pessoas entre as quais se alguns participantes do Centro Social anarquista Asilo Occupato.

J.S.

Turim, situada na região de Piemonte, é uma das principais cidades de Itália. Cidade histórica, que já foi capital do reino de Itália, hoje em dia é mais conhecida pela sua grande área industrial graças em grande parte à fábrica da FIAT. Em meados do século XX o grande desenvolvimento industrial da cidade provoca um fluxo migratório vindo do sul. Os bairros populares cresceram pela cidade e com eles, mais tarde, as grandes lutas operárias dos anos 60 e 70. *Barriera di Milano* e *Aurora*, por exemplo, são palcos do grande movimento revolucionário que confronta o poder económico em toda a Itália. As acções radicalizadas desde a resistência nas fábricas à ocupação de casas ou à criação de coletivos autónomos deixam hoje uma rica tradição de luta que se perpetua nas ruas e nos centros sociais históricos da cidade.

Os tempos da "Turim Industrial" já não são o que eram. As grandes fábricas perderam o seu poder com a crise ou fugiram para países periféricos. A classe operária já não tem o peso social de outrora. Hoje, *Aurora*, *Barriera di Milano* e *Porta Palazzo* são habitados na sua maioria por grupos de imigrantes, muitos vindos do Norte de África, que usaram Itália como porta de entrada na busca do "sonho europeu". O norte industrial parecia ser um destino apetecível na busca de trabalho e melhores condições de vida, mas foram recebidos pelo racismo, as leis contra a imigração e a precariedade.

A deterioração das condições de vida, associada ao desemprego e à precarização do trabalho faz com que muitas pessoas deixem de poder pagar as suas rendas. Os proprietários das casas reagem. A cidade assiste a um aumento exponencial do número de *sfratti* (desalojos). Com números que passam dos 1595 desalojos em 2007 a 3500 em 2013, a cidade ganha fama de "capital dos *sfratti*" de Itália. Estes dados referem-se aos processos de desalojo apresentados em tribunal, dos quais mais de 90% se devem a atrasos no pagamento da renda.

O processo de desalojo em Itália segue os trâmites comuns: os proprietários deixam de receber a renda e denunciam o caso ao tribunal, que decide aprovar ou não o despejo. Caso o processo seja favorável ao proprietário o arrendatário recebe uma carta do tribunal que o notifica do processo em curso e decreta uma data para o despejo. É-lhe comunicado também que pode-se candidatar a um alojamento social, mas o processo demora sempre bastante tempo e nem sempre é certo. Na data marcada para o despejo um oficial judiciário desloca-se ao imóvel, normalmente acompanhado de um ferreiro e das forças de ordem. A fechadura é trocada e os habitantes e seus pertences deixados na rua, entregues à sua sorte.

Os centros socias ocupados (C.S.O.), situados nestes outrora bairros operários, há muito refletem e discutem o problema da habitação. O direito à casa é uma das lutas que persiste desde os tempos das lutas operárias. O crescimento do fenómeno só veio justificar ainda mais a necessidade de uma organização conjunta para resistir e defender os habitantes dos bairros da cidade marginalizados pelo Estado.

Mas esta ideia não surge simplesmente como uma vontade política de grupos activos. O enraizamento dos C.S.O. no quotidiano dos bairros criou ao longo dos tempos uma relação de proximidade e afinidade com os ditos "marginais" e possibilitou a criação de momentos de discussão e de redes humanas consciencializadas. É por isso que com naturalidade surgem em 3 dos C.S.O. de Turim grupos de defesa para e com pessoas vítimas de processos de desalojo (*sfrattati*) e começam os movimentos *anti-sfratti*.

DA ASSEMBLEIA PARA AS RUAS, DAS RUAS PARA A CASA

O centro social anarquista *Asilo Ocupato* existe há quase 20 anos no bairro de *Aurora*, situado numa das margens do rio Pó, entre os bairros de *Porta Palazzo* e *Barriera di Milano*.

Em 2011, como forma de resistir a mais um despejo, um grupo do *Asilo* junta-se a uma família habitante naquele bairro em processo de desalojo e decide formar um piquete, protegido por uma barricada, impedindo as forças de ordem de se aproximarem e evitar que o desfecho fosse o mesmo de sempre. O desalojo é evitado graças à acção e remarcado para outra data. O sucesso da acção motiva a criação de uma assembleia conjunta entre esses membros do Asilo, outros companheiros e *sfrattati* para discutir e difundir estas formas de resistência.

A *assemblea anti-sfratti* começa então a reunir-se de duas em duas semanas. Decidem procurar mais pessoas interessadas em resistir e repetir o processo do primeiro despejo. Sabendo o dia exacto o grupo encontra-se de madrugada e já no local levanta barricadas na porta do apartamento e nas ruas de acesso ao prédio. O piquete ficava junto das barricadas, garantindo assim que a fechadura não fosse trocada, os pertences dos moradores retirados e que os agentes judiciários oficializassem a saída dos habitantes da casa. O oficial judiciário ao chegar ao local, e apercebendo-se da impossibilidade de proceder ao desalojo, entrega ao arrendatário um documento a atribuir um novo prazo para abandonar a casa (*renvio)*. Os moradores conseguem assim mais tempo para organizarem as suas vidas, com um teto para dormir e sem pagar a renda. Após a assinatura do documento oficial, as barricadas eram retiradas e muitas vezes o grupo optava por pequenos cortejos pelo bairro sob gritos de "*Basta sfratti!*" e "*La casa è di chi labbita!*". Proporcionada por estas situações a rede de afinidades alargou-se por aquela zona de Turim, e muitas outros *sfrattandi* juntaram-se ao movimento. Dois anos após o seu começo, a assembleia contava normalmente com cerca de 60 pessoas, na sua maioria famílias de *sfrattandi*.

A polícia de intervenção e DIGOS (divisão da polícia para assuntos políticos) vigiavam sempre os piquetes, embora não interviessem no local. Os oficiais judiciários decretavam sempre períodos relativamente longos até nova ordem de despejo. A lei estava a ser usada "contra" os tribunais. A estratégia de repressão era outra, que só seria sentida mais tarde.

O grupo continuou assim as suas acções ao longo dos últimos 3 anos. A cada mês novas famílias vítimas de *sfratto* se juntavam ao grupo. Solidários turinenses ajudavam nos piquetes, e também pessoas de outras cidades de Itália e até de França vinham para ajudar.

Nunca foi ideia da "*Assemblea Anti-Sfratti"* perpetuar os piquetes eternamente. A ideia de viver indefinidamente com a casa barricada e dependendo sempre de um auxílio de outros não agradava de todo aos seus membros. Foi sempre discutido durante as assembleias de que forma os moradores poderiam encontrar uma situação mais estável para viver. Além disso, o grupo não pretendia funcionar como uma rede de assistência a arrendatários. Todos os elementos da assembleia participavam horizontalmente nas decisões, e todos auxiliavam outros nos dias dos piquetes. Apesar disso, a vontade dos *sfrattandi* em questão prevalecia. Quando encontrassem uma solução, a casa era abandonada. Alguns conseguiram trabalho ou encontraram rendas suportáveis e decidiram alugar apartamentos. Outras optaram mesmo por procurar casas devolutas nessa zona da cidade e ocupá-las em conjunto com outras pessoas com vontade de o fazer.

A primeira ocupação conjunta aconteceu logo em Dezembro de 2011, na *Via Lanino* no bairro de *Porta Palazzo*. Um prédio tinha sido desalojado durante a noite, deixando na rua cerca de 20 pessoas originárias de Marrocos. Uma semana depois, esse grupo em conjunto com outras pessoas ocupa outro prédio no mesmo bairro. Daqui até meados de 2013, surgem dessa assembleia mais quatro novas ocupações espalhados pelos três bairros.

A relação entre os grupos dos centros sociais e habitantes dos bairros cresceu e assustou o poder judicial e económico turinês. Prova disso foi a mudança de táctica por parte das autoridades na forma como organizavam as ordens de despejo. Já no ano de 2012, o tribunal começa a concentrar os prazos legais sempre na terceira terça-feira de cada mês, pensando assim dificultar a capacidade de organização do movimento. Essa primeira tentativa saiu gorada, pois o grupo arranjou forma de se reorganizar contando assim com a solidariedade de companheiros vindos de todo o norte de Itália, que se deslocavam à cidade para ajudar no que fosse preciso. Mais tarde, os oficiais judiciários deixaram de comparecer no local, evitando assim que nova data fosse estipulada oficialmente. Mais uma vez, a questão é contornada. O piquete desloca-se até ao tribunal, reclama que a lei seja cumprida e ameaça só dali sair quando um oficial entregasse o

> Com números que passam dos 1595 desalojos em 2007 a 3500 em 2013, a cidade ganha fama de "capital dos sfratti" de Itália

●●●

> Os tempos da "Turim Industrial" já não são o que eram. As grandes fábricas perderam o seu poder com a crise ou "fugiram" para países periféricos

Através de barricadas bloqueando o acesso do dispositivo necessário para o despejo, os piquetes evitavam que a fechadura fosse trocada, os pertences dos moradores retirados e que os agentes judiciários oficializassem a saída dos habitantes da casa

No dia 3 de Junho de 2014 os carabineri levam a cabo uma espectacular operação com o objectivo de deter diversos integrantes do centro social anarquista *L'Asilo Occupato*, sob a acusação de sequestro e coacção relacionados com a luta anti-sfratti

renvio. Para evitar mais problemas, um oficial desce e assina o documento. A prova de que os tribunais de Turim estavam às ordens dos interesses económicos não foi mais que um mote para o grupo ganhar força e se concentrar em se proteger e defender das forças de poder. Quando esta dinâmica de *assembleia-piquete--ocupação* está já segmentada e promete durar o poder do *Comune di Torino* cai com estrondo sobre o movimento.

O CONTRA-GOLPE

"*O efeito de tais múltiplas concertadas acções opositivas é, substancialmente, o de privar de autoridade e de força executiva as decisões judiciais […], anulando as condições essenciais à manutenção do Estado de Direito e constitucional.*". Estas pesadas palavras constam do relatório emitido pelo GIP (*Juiz de Inquérito Preliminar*) no processo levado a cabo pelo tribunal de Turim, que envolve 102 pessoas e culmina com a constituição de 27 arguidos. Nelas se percebe a urgência que o Estado e o poder económico têm em acabar de vez com o movimento.

Em 2011, como forma de resistir a mais um despejo, um grupo do Asilo junta-se a uma família habitante naquele bairro em processo de desalojo e decide formar um piquete, protegido por uma barricada

●●●

Três anos depois de lutas e experiências colectivas, o movimento Anti-Sffrati vive sob o assombro de um mega-processo de consequências ainda incertas

No dia 3 de Junho de 2014 os Carabinieri efectuam a detenção de elementos relacionados com *L'Asilo Occupato*. Sob acusações, entre outras, de sequestro e coacção 12 dos detidos são mantidos em prisão preventiva, 4 em prisão domiciliária, 4 *obblighi di dimora, 4 divieto di dimora e 4 obblighi di firma* (medidas cautelares do código italiano). Segundo Tribunal, estes elementos têm a agravante de ser reincidentes nos supostos crimes cometidos.

As acções de solidariedade por toda a Itália e até França não se fizeram esperar nos dias seguintes às detenções. Em Turim, dia 5, uma casa é ocupada por membros da assembleia, embora só se tenha mantido durante uma semana. Era óbvio que a forma de agir tinha mudado e que exemplos como este não seriam tratados levianamente. Contudo, o movimento não parou, e continua a organizar os piquetes quando hà a certeza de uma data.

Esta foi apenas o culminar de uma forma de repressão legalizada por parte do Tribunal de Turim. Já antes o decreto-lei referente aos incidentes de execução de um desalojo tinha sido utilizado para contornar o processo: o oficial judiciário considerava-se impossibilitado de proceder ao despejo, devolvendo assim a decisão ao juiz. Este por sua vez não necessitava de comunicar uma nova data ao arrendatário. A aplicação desta "subjectividade" da lei sobre o desalojo era arbitrária. É tornado público na imprensa local que eram tidas reuniões entre juízes e *Comune* para decidir que casos voltariam para o tribunal. Na mesma semana das detenções, é proposto em assembleia nacional uma lei que não permite a quem esteja envolvido numa ocupação concorrer aos alojamentos populares concedidos pelo Estado.

Três anos depois de lutas e experiências colectivas, o movimento *Anti-Sffrati* vive sob o assombro de um mega-processo de consequências ainda incertas. É certo que hoje as redes de consciência foram ampliadas e solidificadas no quotidiano dos bairros de Turim. Agilizaram e abriram possibilidades de mudança da normatividade na cidade. Começaram nos jantares, festas e convívios nos centros socias, alastraram-se para as ruas dos bairros, e agora dificilmente se perderão.

Palestina, escrevo o teu nome e tudo se complica

A ofensiva Israelita contra a faixa de Gaza iniciada no passado dia 8 de Julho deixou já milhares de mortos, feridos, presos e desalojados.

GISANDRA C. OLIVEIRA

A história do povo palestiniano e do seu território encontra-se ligada à história dos interesses geopolíticos e geoestratégicos imiscuídos no desejo de supremacia e controlo do Ocidente e, simultaneamente, na construção da ideologia política do sionismo, assim como na história dos judeus da Europa Oriental, no trauma anti-semita herdado da Segunda Guerra Mundial e na mediática demonização do Islão. As tentativas de união árabe na região sempre estiveram sujeitas aos caprichos do Ocidente e de elites árabes que não contemplaram a identidade palestiniana do povo, que não fora consultado acerca do seu destino. Portanto, resumidamente, a Palestina e o povo palestiniano definem-se em função do auto-proclamado Estado judeu, i.e., à sombra do sionismo entre lutas de classe e implantação do capitalismo, ao que se deve adicionar ilegalidades e injustiças, já que a constituição de um estado nunca fora o principal objectivo[1].

Aos olhos do Ocidente, desde a primeira intifada (1987), o Estado de Israel tem vindo a ser considerado colonialista e imperialista, praticando a limpeza étnica desde 1948 e o *apartheid* por meio de uma série de leis discriminatórias e pela construção de um gigantesco muro[2]. Um estado pária que viola as leis internacionais com a construção ilegal de colonatos[3] e a imposição de um cerco à Faixa de Gaza[4]. Mais recentemente, com as operações «Chumbo Fundido» (2008-2009); «Pilar Defensivo» (Novembro de 2012) e agora com «Margem Protectora», iniciada a 8 de Julho de 2014, outras vozes apontam para crimes de guerra e crimes contra a Humanidade[5].

Podemos verificar que os repetidos ataques de Israel sobre a Faixa de Gaza são sempre operações cuidadosa e previamente nomeadas e pensadas. Até agora vimos que têm servido para manter uma população sob controlo através do uso do terror pela prática do poder de dissuasão, para reforçar uma manobra eleitoral e/ou para punir colectivamente a população de alguma decisão política, algum apoio ou reconhecimento internacional. Finalmente, nas origens deste novo massacre em Gaza podemos encontrar uma versão não oficial e outra oficial correspondendo à narrativa da *hasbara*[6], envolvendo uma ardilosa manipulação dos factos e das datas.

A versão não oficial parece ter a ver com a aliança política entre o Hamas e a Autoridade Nacional Palestiniana (ANP), anunciada a 2 de Junho e bem acolhida pela comunidade internacional, mas que não agradou ao governo sionista, possivelmente porque diminuiria o seu poder na região. Sobre esta matéria é preciso lembrar, por um lado, os acordos entre Israel e o Hamas de 2012[7], que previam a colaboração do Hamas no controlo dos grupos resistentes e o levantamento do cerco na Faixa de Gaza, e, por outro lado, o papel de Israel no fracasso das últimas negociações de paz em Abril - subtilmente silenciado na imprensa. A aliança política entre o Hamas e a ANP parece envolver pelo menos duas questões financeiras. Primeiro, o pagamento de salários em atraso aos funcionários de Gaza. Segundo, o encontro entre Abbas e Putin, a 23 de Janeiro de 2014[8], em que discutiram a possibilidade de cooperação energética, envolvendo a exploração do gás, mas também uma colaboração turística e agrícola. Dada a situação diplomática entre os EUA e a Rússia, esta possibilidade poderá não ser bem-vinda e a escalada da repressão e violência terá certamente origem nestes e noutros factores que escapam ao conhecimento do público em geral. Agora, espera-se que a aliança política se mantenha e envolva igualmente outros grupos como a Frente de Libertação Nacional e a resistência popular.

(...)Será isto tudo suficiente para validar oficialmente o direito de Israel de se defender, bombardeando uma população de quase 2 milhões de pessoas, enclausuradas numa faixa de 41 km de comprimento e cerca de 17 km de largura?

A versão oficial esconde um contexto cuja finalidade envolve a criação de condições no terreno para provocar uma reacção da resistência armada e, consequentemente, poder seguir com a operação «Margem Protectora». A partir do fracasso das negociações de paz, o governo de Israel foi progressivamente aumentando a tensão no território ocupado da Cisjordânia. A intensificação da opressão e da repressão foi pautada pela morte deliberada de dois jovens palestinianos[9] a 15 de Maio de 2014, data das manifestações anuais da Nakba[10], entre outras mortes e cerca de 350 detenções arbitrárias efectuadas pelas forças israelitas de ocupação na Cisjordânia.

> Os repetidos ataques de Israel sobre a Faixa de Gaza são sempre operações cuidadosa e previamente nomeadas e pensadas

Assim, a narrativa oficial de Israel tem vindo a alimentar a propaganda de forma a influenciar a opinião pública internacional e apoiando-se em três acusações infundadas, ou pouco convincentes, por razões diferentes. Primeiro, uma anacronia factual: o governo sionista começou por justificar as agressões, mortes e detenções na Cisjordânia com o desaparecimento de três jovens israelitas[11], a 12 de Junho, perto de Hebron, ou seja, na Cisjordânia, em território totalmente controlado por Israel. Nessa altura, o governo não só acusou o Hamas, como manteve o sigilo sobre a investigação, manipulando a opinião pública. O Hamas negou oficialmente o seu envolvimento. Contudo, esta declaração só foi confirmada recentemente pelo porta-voz da polícia israelita[12]. M. Rosenfled afirmou que se sabia que não fora o Hamas, o que não impediu a continuação da operação mortífera sobre a população de Gaza. A 1 de Julho é lançado nas redes sociais, vindo de uma figura pública de extrema-direita[13], um vergonhoso apelo ao genocídio, levando à hedionda morte de um jovem palestiniano[14] em Jerusalém, a 2 de Julho, seguido do brutal espancamento de Tariq Abu Khdeir pela polícia israelita.

A segunda narrativa envolve uma verdade reduzida, que gira em torno de um desvio amplamente mediatizado, isto é, o Hamas é tido como terrorista, quando, no fundo, se pode igualmente enquadrar na postura de resistente. Assim, Israel alegou os *rockets* do Hamas para justificar a sua operação. Um argumento que carece de consistência, primeiro tendo em conta que Gaza está sob um cerco desde 2007, portanto com extremas restrições na entrada de materiais e bens, quanto mais de armas; segundo porque nos acordos de 2012 o Hamas concordou com Israel em contratar pessoal para controlar grupos independentes; finalmente, porque as condições para este massacre foram criadas a partir do mês de Abril pelo governo de Israel.

A última narrativa constrói-se sobre uma manipulação factual, a *hasbara* sionista justifica os ataques devido aos famosos túneis como se fossem uma novidade, apesar de Israel os conhecer e até os tolerar! Será a questão dos túneis suficiente para justificar a presença do exército durante os vários cessar-fogos? Será isto tudo suficiente para validar oficialmente o direito de Israel de se defender, bombardeando uma população de quase 2 milhões de pessoas, enclausuradas numa faixa de 41 km de comprimento e cerca de 17 km de largura? Qual será a próxima justificação para se ilibar das acusações de crimes de guerra? Continuar a imputar o Hamas?

Entretanto, a união entre os palestinianos cresceu e consolidou-se. Estão em andamento a assinatura e ratificação dos Estatutos de Roma, assim como o respectivo questionamento da atitude da procuradora[15] do Tribunal Penal Internacional, acerca da queixa efectuada a 25 de Julho. Por outro lado, apesar da *hasbara*, apesar das opiniões, interpretações e análises sobre estas questões, a mobilização solidária cresceu e impulsionou a campanha internacional de Boicote, Desinvestimento e Sanções, iniciada em 2005 pela sociedade civil palestiniana, porque nada pode justificar o massacre de uma população civil enclausurada e amontoada em 365 km^2. Quando os decisores deste mundo pactuam com atrocidades, o Boicote, Desinvestimento e Sanções é um caminho, mas não será o único.

/// NOTAS

1 Apesar da declaração de independência do Estado da Palestina de 15 de Novembro de 1988 na Argélia, a luta do povo palestiniano continua uma luta de libertação que nunca fora alcançada. Por outro lado, todas as discussões e negociações de paz iniciadas desde 1991 empatam a criação de um estado. Simultaneamente, verificámos que o uso da bandeira nos protestos da Cisjordânia constitui um acto de revolta, resistência e rebeldia, já que brandir a bandeira palestiniana é proibido. Assim a bandeira não carrega o significado nacionalista normalmente atribuído às bandeiras nacionais no ocidente.
2 Considerado ilegal, em 2004, segundo o parecer do Tribunal Internacional de Justiça (goo.gl/kqAZFP)
3 Considerados ilegais segundo a 4ª convenção de Genebra (goo.gl/eLHiuZ).
4 Após a eleição do Hamas, Israel e o Egipto declararam um bloqueio que dura desde 2007.
5 Navi Pillay a 23/07/14 (goo.gl/lw5FAe).
6 Hasbara significa explicar, mas neste contexto remete para a propaganda sionista junto da opinião pública.
7 Artigo de Ilan Shalif intitulado: Israel/Palestina: Os bastidores do presente conflito (goo.gl/DaCpkq).
8 Artigo de 24/01/2014 da agência Itar-Tass, intitulado: «Gazprom may develop gas deposits in Gaza Strip» (goo.gl/NK8nnE).
9 Muhammed Odeh Abu Al-Thahir de 15 anos e Nadim Siyam Nuwarah de 17 anos (goo.gl/QEMe9F).
10 A Nakba, termo cunhado por Constantine Zureich, significando o processo contínuo de expulsão e repressão do povo palestiniano desde 1948.
11 Os corpos de Naftali Frankel, Gilad Shaer e Eyal Yifrah foram encontrados a 30 de Junho.
12 A informação é divulgada a 26/07/2014 (goo.gl/wJRv1w).
13 Artigo de Ali Abunimah (goo.gl/bLhGCn).
14 Mohammad Abu Khdeir, 16 anos.
15 Síntese do procedimento por Gilles DEVERS (goo.gl/mtNH1E).

C:

SAÚDE:
DA DEPENDÊNCIA
À AUTONOMIA

Denúncia
Os caminhos entre o médico e a farmácia. **pgs. 9 a 11**
Parto na água suspenso no Hospital de S. Bernardo em Setúbal. **pg.17**
Entrevista
A Saúde nas Nossas Mãos. **pg.12**
Alternativas
Haja saúde! **pg.13**
Análise
A industrialização da Saúde. **pgs. 14 a 16**
Resistência
Rede Federica Montseny. **pg.17**

OS CAMINHOS ENTRE O MÉDICO E A FARMÁCIA

Políticas quase invisíveis que aumentam o consumo excessivo de fármacos.

Actualmente, entidades reguladoras da saúde estabelecem medidas que determinam como deve funcionar a prescrição de fármacos, num estreito diálogo com a indústria farmacêutica, contribuindo para uma população mundial cada vez mais dependente desses fármacos. Que decisões são tomadas por gestores, médicos e investigadores, de maneira a gerar mais lucro, independentemente das consequências que isso possa trazer às populações?

M. LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

Este artigo, apesar de ser apenas um levantamento de questões e uma exposição inicial de problemas, pretende ir mais além das estratégias já conhecidas da indústria farmacêutica, como são o marketing e a publicidade, os financiamentos de campanhas políticas ou os incentivos directos aos médicos, para que receitem determinados fármacos. Grande parte destas situações têm sido regulamentadas pelas autoridades, após o seu desencobrimento nos anos 90, mas servem como lição inequívoca de que a Indústria Farmacêutica é uma área de negócio como outra qualquer, pelo que os consumidores (termo intencionalmente usado, ao invés de pacientes ou utentes) devem proteger-se e questionar-se, como fariam com qualquer outro produto anunciado no mercado. Para que esta mega-indústria possa manter margens de lucro que sobem há décadas, é necessário recorrer a manobras menos visíveis. O presente texto procura explorar algumas problemáticas que estão a um nível mais profundo, ao nível estrutural da organização do sistema de saúde actual, tendo em conta as decisões sobre o funcionamento dos estabelecimentos nacionais de saúde e protocolos a serem postos em prática.

Existem três políticas actualmente em vigor na área da saúde que dão, na opinião

(…) A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA É UMA ÁREA DE NEGÓCIO COMO OUTRA QUALQUER, PELO QUE OS CONSUMIDORES (TERMO INTENCIONALMENTE USADO, AO INVÉS DE PACIENTES OU UTENTES) DEVEM PROTEGER-SE E QUESTIONAR-SE, COMO FARIAM COM QUALQUER OUTRO PRODUTO ANUNCIADO NO MERCADO.

de vários investigadores independentes, azo à prescrição excessiva de fármacos: a primeira tem a ver com a própria definição de doença e inclui a patologização de sintomas quotidianos; a segunda é a alteração intencional dos valores ou parâmetros considerados de risco, dentro de um dia-gnóstico; a terceira diz respeito aos processos de teste e escolha de fármacos, as suas patentes, comercialização e estudos de demonstração de eficácia.

Este artigo não pretende ser imparcial nem científico e aspira a ter efeitos secundários.

PATOLOGIZAÇÃO: COMO CONVENCER TODA A GENTE, INCLUINDO UMA BOA PARTE DA COMUNIDADE MÉDICA, QUE A PRESCRIÇÃO ACTUAL DE FÁRMACOS NÃO É EXCESSIVA.

A primeira problemática levantada dá-se logo na génese de definição de doença. Um conjunto de sintomas é estudado e passa a corresponder à definição de uma doença, que passa assim a estar enquadrada nos manuais de saúde vigentes, conforme dita o Ministério da Saúde, seguindo recomendações internacionais e de algumas organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Médicos. Estas decisões têm um impacto directo e imediato nas vidas de todas as pessoas, pois passam a ditar as regras a serem usadas para diagnosticar, assim como as terapêuticas a serem utilizadas em todos os estabelecimentos de saúde oficiais. Aquilo que começou, talvez bem-intencionadamente, por ser uma uniformização de protocolos, com vista à produção de diagnósticos correctos e para evitar o uso dos fármacos errados, revela agora ser um método com graves falhas. E se o conjunto de sintomas que dá origem ao diagnóstico não for conclusivo mas, mesmo assim, a comunidade médica tiver indicações de que o diagnóstico deve ser feito e o protocolo receitado? As doenças do foro psiquiátrico são um claro exemplo disto. Os distúrbios ao nível mental são naturalmente muito subjectivos e, por isso, difíceis de enquadrar, razão pela qual existe o controverso Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Este é o dicionário mais usado por clínicos, mas também por investigadores, companhias de seguro, pela indústria farmacêutica e parlamentos políticos. Ao longo do tempo, o DSM tem sofrido correções e adaptações mas continuam a surgir argumentos que defendem que o sistema de classificações usado por este manual faz distinções categoricamente injustas entre as desordens abordadas e entre o que é considerado *normal* e o *anormal*. Em 1973, o DSM sofre uma revisão nos EUA e a homossexualidade deixa de figurar enquanto doença (a Organização Mundial de Saúde retira a homossexualidade da lista de doenças mentais apenas em 1990). No entanto, nos manuais usados em todo o mundo, o travestismo ou o transsexualismo são considerados um transtorno de personalidade, figurando pois no DSM enquanto doença. Para além destes exemplos, outros factores arbitrários e comuns como agitabilidade ou stress, figuram em várias listas de sintomas de doença mental. Dr. Allen Frances, um dos médicos responsáveis pela 4ª edição do DSM, apresenta-lhe agora duras críticas e afirma que, na elaboração do manual "*cometemos erros que tiveram consequências terríveis*".[1] Um dos exemplos por ele apontado é o diagnóstico elaborado com base em listas de sintomas, que permitiram um aumento de 40%, em 12 anos, de diagnósticos de bipolaridade infantil. Outro argumento usado é o de que os diagnósticos puramente baseados em sintomas falham em adequar a situação ao contexto em que a pessoa está inserida, bem como em determinar se há real desordem interna de um indivíduo ou simplesmente uma resposta a uma situação em curso. Por exemplo, se durante um período de 2 semanas, uma pessoa experienciar 5 dos 9 sintomas de depressão que constam no DSM, então ser-lhe-á diagnosticada uma depressão clínica e ser-lhe-á aconselhada medicação composta por psico-activos e/ou tranquilizantes, independentemente das suas circunstâncias ou visões sobre os seus próprios problemas.

Outro claro exemplo de como se pode diagnosticar e medicar excessivamente é a Perturbação da Hiperactividade com Défice de Atenção (PHDA). Os dados oficiais apontam que em 2002, em Portugal, 3 a 7% das crianças em idade escolar estivessem diagnosticadas com PHDA[2]. Apesar de não se encontrarem facilmente dados actuais, sabe-se que o número de crianças diagnosticadas tem vindo a aumentar significativamente e estima-se que, nos EUA, 6 milhões e meio de crianças estejam a ser actualmente medicadas para o Défice de Atenção com Hiperactividade[3]. Alguns dos "sintomas" que figuram em vários guias para identificação da PHDA são tão comuns como "não permanecer sentado", "ter bicho carpinteiro", "impulsividade" ou "não se concentrar durante muito tempo numa tarefa". Muitas vezes, baseando-se apenas em poucas características gerais, típicas em crianças com personalidades mais activas, a recomendação dos serviços de pedopsicologia é a toma de psico-activos, como a famosa Ritalina, fármaco que foi apelidado de "droga da obediência". Estas substâncias são bastante contestadas, não só por apenas suprimirem sintomas e não proporcionarem qualquer cura, mas também por criarem dependências permanentes, uma vez que o cérebro de uma criança constantemente medicada é mais propenso a desequilíbrios futuros, criando assim adultos dependentes de drogas para viverem.

Estes exemplos já demonstram haver uma medicação excessiva com base em sintomas pouco conclusivos mas, ainda em relação a diagnósticos, uma das grandes tendências actuais, grandes porque o impacto é tremendamente generalizado, é a patologização de sintomas comuns à população mundial. A patologização é o processo pelo qual comportamentos ou processos biológicos previamente considerados normais são descritos, aceites ou tratados como problemas médicos. São exemplos disto os casos da insónia e da obesidade.

Em Portugal, apesar da insónia ser sobretudo tratada como um sintoma, já é classificada como primária ou secundária. Primária quando é a principal doença e secundária quando se apresenta como sintoma de outra doença ou efeito colateral de um medicamento[4]. "Mas a insónia é uma doença ou uma consequência de algo que foi patologizado porque havia um tratamento químico disponível?" Quem faz a pergunta é a médica Abigail Zuger, partindo dos dados publicados na investigação *The medicalization of sleeplessness: a public health concern*[5]. Normalmente identifica-se primeiro a doença e depois procura-se o tratamento. Os observadores deste estudo argumentam que, hoje em dia, a sequência está por vezes invertida: a comercialização de um agente fármaco dá origem a uma doença, muitas vezes patologizando uma parte natural da existência humana. Este processo criou uma epidemia de insónias nos EUA[6], tendo o número de receitas de benzodiazepinas (os chamados tranquilizantes, comercializados em marcas como Xanax ou Valium) aumentado uns significativos 50%, entre 1993 e 2007[7]. Recordemos o processo normal, já de si algo controverso: a partir do momento em que certos sintomas sejam considerados uma doença, passa a haver um protocolo associado, ou seja, a indústria farmacêutica pode patentear um fármaco para esse diagnóstico, que passará a a ser receitado cada vez que alguém apresente esses sintomas.

A obesidade pode também ser considerada um caso de patologização. Apesar de em Portugal já ser considerada doença crónica desde 2004, a American Medicinal Association só votou a favor da patologização nos EUA em Junho de 2013. O excesso de peso é de tal forma comum hoje em dia, que existe uma enorme pressão para que seja tido individualmente como enfermidade e não associado a outras doenças, já que estamos a falar de milhões de futuros consumidores para o fármaco que se associe a esse diagnóstico. Dentro da própria comunidade médica há vozes discordantes e investigações incómodas que reflectem sobre a influência da alimentação, estilo de vida e condições ambientais, enquanto factores principais para combater a obesidade. Não são portanto todos os médicos ou investigadores que defendem que se devem usar medicamentos sintéticos no combate à obesidade. Mas a prática comum adoptada pelas instituições ligadas à saúde é a da prescrição de fármacos como solução para os casos de doença e, no caso da obesidade ser vista como tal, torna-se possível vender a ideia de um químico ser uma cura para o excesso de peso.

Cada vez mais, certas sensações são agora consideradas sintomas de doença. Experiências quotidianas como insónia, tristeza, pernas latejantes e falta de desejo sexual são agora diagnósticos: disfunção do sono, depressão, síndrome das pernas inquietas e disfunção sexual[8].

Até a nível da prevenção se pode dizer que se pratica "excesso de zelo", sendo cada vez mais comum um médico aconselhar a medicação como forma de prevenção, coisa que não está clinicamente comprovada, sobretudo em relação aos malefícios que muitas drogas implicam.

EM 1973, O DSM SOFRE UMA REVISÃO NOS EUA E A HOMOSSEXUALIDADE DEIXA DE FIGURAR ENQUANTO DOENÇA (A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE RETIRA A HOMOSSEXUALIDADE DA LISTA DE DOENÇAS MENTAIS APENAS EM 1990).

ALGUMAS DENÚNCIAS TÊM SIDO FEITAS SOBRE O FACTO DE OS MANUAIS DE PRÁTICA CLÍNICA SEREM ESCRITOS POR MÉDICOS A SERVIÇO DAS FARMACÊUTICAS, COMO NO CASO DO DICIONÁRIO DE SAÚDE MENTAL

Também no caso de certos exames de rotina, tais como as mamografias, para detectar cancro da mama, alguns profissionais de saúde questionam as normas do actual sistema: estes exames superam realmente, em benefícios, os prejuízos que provocam? "Apesar de não se questionar a gravidade da doença, estima-se que mais de um milhão de mulheres tenham sido sobre-diagnosticadas e sobre-medicadas nos EUA, nos últimos 30 anos , porque as mamografias são passíveis de apresentar falsos-positivos"[9].

A CONSTANTE ALTERAÇÃO DOS VALORES OU PARÂMETROS CONSIDERADOS NORMAIS E DE RISCO

A segunda grande problemática encontrada que pode levar a uma medicação excessiva são as flutuações dos valores, níveis ou indicadores considerados normais ou de risco, para que alguém seja considerado doente ou não, sobretudo quando estes tendem a descer.

Voltando ao caso da obesidade, os valores de referência para o Índice de Massa Corporal (IMC) que se praticam nos EUA e na Europa são tão baixos que figuras públicas como Tom Cruise ou George W. Bush são considerados obesos. A razão principal apresentada para justificar os valores de referência actuais, tem a ver com a relação entre um valor alto de IMC e o risco de doença. Segundo um estudo independente conduzido em 2013 e publicado no Journal of the American Medical Association[10], a associação entre risco de morte e excesso de peso é menos óbvia do que a que figura em estatísticas oficiais. O estudo refere que o governo considera existirem cerca de 165 milhões de pessoas com obesidade ou pré-obesidade. Mas se o governo redefinisse a marca de peso normal num estatuto que não incluísse o risco de morte, 130 milhões de pessoas não entrariam nessa contabilização[11].

Tomando como exemplo a hipertensão, uma das doenças mais comuns dos nossos tempos, pode-se observar que os valores considerados críticos têm flutuado tanto que metade da população inteira do planeta é considerada hipertensa ou pré-hipertensa. Se metade de nós somos considerados doentes, como se pode continuar a usar o termo "normal"? E se a recomendação para metade da população mundial for a toma de medicamentos, pior ainda, pois constata-se clinicamente que "ao tratar elevações ligeiras ou moderadas da tensão arterial com fármacos não se melhora a condição geral de saúde do paciente e os efeitos secundários são um risco maior do que a tensão alta"[12].

O colesterol é outra condição comum e referenciada no sistema nacional de saúde como sendo de risco com valores pouco elevados, de maneira a que, até em condições de alterações normais devidas à idade, a pessoa seja considerada como tendo necessidade de medicação diária. É sabido, por exemplo, que o efeito da menopausa nas mulheres pode aumentar os níveis de colesterol total, a fracção LDL ("colesterol mau") e HDL ("colesterol bom"). Ainda assim, muitas mulheres são diagnosticadas como tendo o colesterol demasiado alto nessa altura das suas vidas e é-lhes receitado um fármaco para combater artificialmente essa condição. A medicação é muitas vezes desnecessária, já que o corpo se adapta às novas circunstâncias, bastando promover pequenas mudanças nos hábitos alimentares. Em vários casos pode ser prejudicial à saúde, pois ainda hoje se receita em Portugal a Niacina para combater o colesterol, um medicamento cujos efeitos adversos são elevados e foi já retirado do mercado em vários países[13].

Cada vez que o limite dos valores referenciais de uma doença é expandido – se o limite para a hipertensão baixar 10 pontos, se as marcas para a obesidade variarem em 5 quilos – o mercado das drogas expande-se em milhares de consumidores e milhões em lucro. Quem tem o poder para tomar estas decisões? E quem escolhe que fármacos são considerados eficazes para combater determinada doença?

O MUNDO PRIVADO DOS COMITÉS CIENTÍFICOS, TESTES CLÍNICOS E ENTIDADES REGULADORAS

O funcionamento dos comités de avaliação e equipas de investigação na área da saúde é bastante desconhecido em Portugal, e de resto no mundo inteiro. O livro "Bad Pharma"[14], escrito pelo médico e jornalista Ben Goldacre, analisa em detalhe não só a realidade das políticas das farmacêuticas, mas também uma série de conivências do sistema de saúde - publicações de medicina, entidades reguladoras e até médicos - que têm posto os interesses das farmacêuticas acima da saúde das pessoas. *"As drogas são testadas pelas pessoas que as fabricam, em testes mal concebidos, em números insignificativos de pacientes pouco representativos da normalidade, e usando técnicas que têm falhas à partida, fazendo com que os resultados exagerem os benefícios dos tratamentos. Não é surpreendente que estes testes favoreçam os fabricantes"*. O autor dedica vários capítulos do livro aos problemas que identifica como responsáveis pela falta de veracidade dos testes a medicamentos, tais como dados insuficientes nos estudos sobre os efeitos das drogas actuais, omissão de efeitos secundários, as decisões relativas aos estudos de novas drogas, entidades reguladoras e as suas ligações à indústria farmacêutica, entre outros.

Ao longo do livro, o leitor é confrontado com dezenas de relatos como este, que ocorreu no Reino Unido e dizia respeito a investigações sobre doenças comuns: *"Para 16 dos 44 ensaios, a empresa patrocinadora tinha de ver os dados à medida que se acumulavam, e noutros 16 tinha o direito de interromper ou suspender o estudo em qualquer momento e por qualquer razão. Isto significa que uma empresa pode ver se um ensaio está a ir contra ela, e pode interferir à medida que avança, distorcendo os resultados"*.

Alguns outros exemplos que merecem ser referidos, reveladores da influência que as grandes farmacêuticas exercem na medicina, são certas publicações de prestígio (normalmente os *Journals of Medicine*) serem inteiramente propriedade de laboratórios farmacêuticos. No caso da informação disponível na internet, há sites que aparentam ser desenhados para disponibilizar informação sobre saúde ao público em geral, mas que também pertencem a farmacêuticas - como é o caso de WebMD, site de referência norte-americano que é propriedade da Eli Lilly.

Algumas denúncias têm sido feitas sobre o facto de os manuais de prática clínica serem escritos por médicos a serviço das farmacêuticas, como no caso do Dicionário de Saúde Mental, em que "O potencial conflito de interesses tem surgido porque aproximadamente 70% dos autores que previamente selecionaram e definiram as desordens psiquiátricas do DSM tiveram ou têm relacionamentos com indústrias farmacêuticas"[15].

Outra dúvida, sobre conflitos de interesse mas em relação aos governos, tem a ver com a dívida externa de vários países europeus à grande indústria farmacêutica. Naturalmente, isto levanta suspeitas quanto à imparcialidade das decisões governamentais. Outras das questões que uma parte não-comprometida da comunidade científica levanta, contrárias ao discurso e à prática das farmacêuticas, são o abandono de investigações sobre tratamentos que aparentam ser eficazes mas não são lucrativos, a falta de disponibilidade para comercializar tratamentos em países pobres ou as taxas de sucesso do efeito placebo, que ultimamente têm acendido o debate sobre a capacidade inata do corpo de curar-se a si próprio.

Estas matérias - que merecem uma análise cuidada, baseada em dados que dificilmente são tornados públicos - estão aqui enumeradas em tom de denúncia, para impulsionar uma reflexão sobre os paradigmas do sistema de saúde actual. Se existem mecanismos encobertos que permitem a sobre-medicação de uma população cada vez mais dependente de drogas, para benefício de muito poucos, então há que começar a descobri-los.

/// NOTAS

1 dados retirados de goo.gl/ulNn6c.
2 dados retirados de goo.gl/YqNhQk.
3 dados retirados do site oficial: goo.gl/QmCpNG.
4 goo.gl/MpUHRY.
5 "*Is Insomnia a Disease?*" Abigail Zuger, MD.
6 Analisa-se o contexto norte-americano, não só porque existem poucos artigos ou estudos sobre estas problemáticas a nível europeu, mas também porque os grandes laboratórios farmacêuticos, centros de pesquisa e os manuais de medicina usados mundialmente são norte-americanos e haverá, portanto, uma tendência de importar não só medicamentos, mas também os diagnósticos e definições de doenças.
7 Recomenda-se para uma leitura mais extensa sobre o assunto: "*The medicalization of sleeplessness: A public health concern*", Moloney ME et al.
8 "*What's Making Us Sick Is an Epidemic of Diagnoses*" (goo.gl/xELnN8).
9 "*Las mamografías periódicas a examen: ¿superan realmente los beneficios a los perjuicios en el programa de cribado del cáncer de mama?*", Guadalupe Martín, na revista Mujeres y Salud (goo.gl/8L6Ww5).
10 goo.gl/O2jZLD.
11 goo.gl/EZvuHo.
12 Segundo a opinião do médico Harlan M. Krumholz (goo.gl/IziFcX).
13 Sobre a Niacina e outros medicamentos com efeitos adversos, ler os artigos de Martha Rosenberg publicados no site outraspalavras.net.
14 Publicado pela Bizâncio em Portugal (2013), foi traduzido como "Farmacêuticas da Treta". O título "Bad Pharma" faz uma alusão ao termo Big Pharma, o nome pelo qual é conhecida a grande indústria farmacêutica nos Estados Unidos.
15 "*Diagnosing Conflict of Interest Disorder*" (goo.gl/ie3qRs).

SE EXISTEM MECANISMOS ENCOBERTOS QUE PERMITEM A SOBRE-MEDICAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO CADA VEZ MAIS DEPENDENTE DE DROGAS, PARA BENEFÍCIO DE MUITO POUCOS, ENTÃO HÁ QUE COMEÇAR A DESCOBRI-LOS.

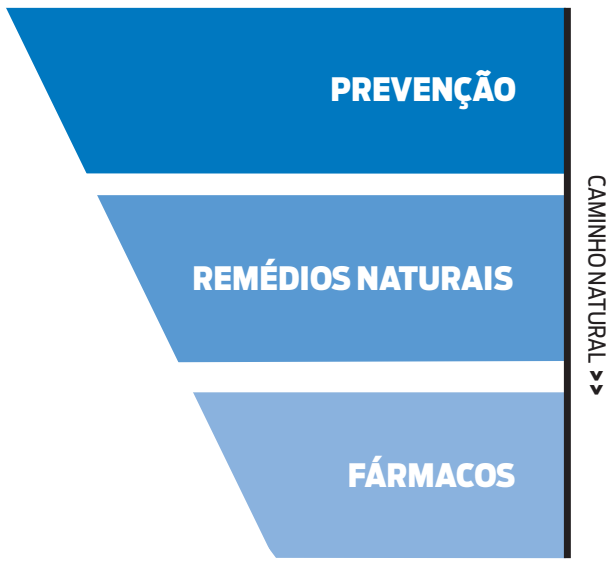
A SAÚDE NAS NOSSAS MÃOS

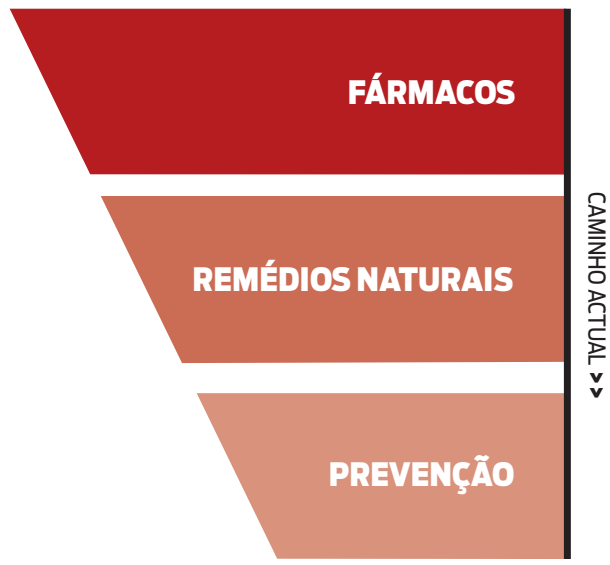
Uma entrevista de M. Lima a Sofia Loureiro*

Se tivesses de escolher os 5 hábitos mais importantes a ter em conta para a nossa saúde, quais seriam?

Em primeiro lugar é definitivamente a dieta alimentar. Nós somos o que comemos- e, do que comemos, o que conseguimos assimilar. Não há que esquecer esta última parte, daí a importância de manter um sistema digestivo saudável e vital. A dieta deve ser diversificada e equilibrada, baseada o máximo possível em alimentos biológicos, de modo a evitar os resíduos de pesticidas dos alimentos oriundos da agricultura convencional, as hormonas e antibióticos presentes nos animais de criações agropecuárias em escala industrial, e os aditivos prejudicais dos alimentos industriais. Devemos consumir frutas e vegetais frescos, da época e locais, cereais integrais, leguminosas, gorduras benéficas - que são muito importantes na nossa dieta - como, por exemplo, frutos secos oleaginosos (ex. nozes e amêndoas), sementes, manteiga de animais criados em pasto, óleo de coco, azeite, azeitonas, abacate, peixe gordo selvagem; e quem consome carne deve selecionar a de animais criados em pasto. As gorduras são importantes no nosso regime alimentar, sendo que estudos recentes da ciência alimentar e nutrição consideram que a pirâmide alimentar difundida se encontra invertida. Ou seja, os hidratos de carbono não devem ser a base da nossa alimentação, como o são hoje em dia, já que o excesso de açúcares na nossa dieta alimentar está associado ao aparecimento de diversas doenças crónicas, devido ao desenvolvimento da resistência à insulina pelo organismo. Em relação a outros alimentos vitais, não nos podemos esquecer dos germinados e os fermentados, que podem ser feitos em casa. São alimentos muito importantes não só pela sua riqueza nutricional assim como pela sua riqueza em enzimas que facilita a digestão e assimilação de nutrientes. Os fermentados são ricos em probióticos, ou seja, em bactérias benéficas que fazem parte da nossa flora intestinal natural. De recordar que o equilíbrio da nossa flora intestinal é essencial para o bom funcionamento não só do sistema digestivo mas também do imunitário, nervoso e hormonal. Nos fermentados incluem-se os vegetais fermentados e pickles, ambos devem ser caseiros ou bio de modo a que não tenham sido pasteurizados (processo que mata as bactérias benéficas), kéfir, kombucha, tempeh, miso, molho de soja bio, iogurte natural bio ou caseiro, kimchi, entre outros. Estes alimentos devem ser consumidos em pequena quantidade a nível diário, sempre que não haja sensibilidades alimentares a estes produtos.

O segundo hábito importante é o exercício físico. Cada vez mais são publicados artigos científicos como "queres combater diabetes, exercício físico", "queres combater hipertensão, exercício físico", "queres combater depressão, exercício físico", etc. É impossível não te mexeres e estares saudável. Devemos nos movimentar de modo a manter a circulação ativa, o que promove um corpo vital, oxigenado e nutrido. A nível de exercício físico, é importante não só componente aeróbica, mas também os alongamentos e reforço muscular. A partir de uma certa idade o reforço muscular torna-se necessário de modo a prevenir a osteoporose.





AS GORDURAS SÃO IMPORTANTES NO NOSSO REGIME ALIMENTAR. OS HIDRATOS DE CARBONO NÃO DEVEM SER A BASE DA NOSSA ALIMENTAÇÃO

Considero que o sono reparador vem em 3º lugar. É muito importante. De novo, há uma série de artigos a serem publicados sobre este tema. Quando dormimos, o nosso organismo sintetiza hormona do crescimento, uma série de toxinas são eliminadas, o nosso sistema imunitário elimina células defeituosas, e dá-se uma consolidação da informação que apreendemos durante o dia, entre outros processos. Assim, o sono reparador é essencial ao bem-estar geral.

Como outro pilar da saúde temos a criatividade. Esta está aliada à nossa capacidade de expressão e é o que nos mantém vivos. Hoje em dia vivemos do exterior para o interior e o processo devia ser exatamente o contrário: viver do interior para o exterior, porque a nossa capacidade de expressão liberta-nos promovendo a capacidade de raciocínio, de análise, de questionar e de encontrar soluções. Aliás, segundo a OMS, a saúde é um estado completo de bem-estar mental, social e físico, e não apenas a ausência de sintomas; o que significa que uma pessoa tem de estar saudável também a nível mental, tentando ao máximo manter uma mente equilibrada perante os desafios quotidianos.

Seguimos com o contacto com a natureza, também imprescindível, porque a falta deste é uma das razões pelas quais se estão a desenvolver tantas alergias e casos de asma (a comida industrial e os contaminantes ambientais também têm o seu papel nisso, claro). O contacto com a natureza estimula o desenvolvimento do 'eu eco-psicológico', e cada vez mais se fala em terapia hortícola ou terapia assistida por animais, por exemplo.

Acho que estes seriam os 5 pilares mais importantes para a saúde e bem-estar, e que costumo mencionar nos meus livros (tanto no Guia de Remédios naturais para Crianças, como no próximo que vai ser publicado em breve, o Guia de Remédios Naturais para Mulheres) dentro do capítulo de prevenção.

No teu livro, o "Guia de Remédios Naturais para Crianças", que tipo de sugestões e terapias podemos encontrar?

No Guia de Remédios Naturais para Crianças podes encontrar diversas recomendações de terapias naturais, desde a alimentação saudável a suplementos naturais, plantas medicinais, florais de Bach, aromaterapia (terapia por óleos essenciais), homeopatia, sais Schüssler, reflexologia, massagem, hidroterapia, geoterapia e, também, recomendações gerais. Isto para cada queixa infantil, sendo que o livro tem cerca de 100 queixas infantis, tornando-se assim num guia, diria que bastante extenso. Os tratamentos não se dirigem apenas a crianças uma vez que todos padecemos por vezes de quebras no nosso bem-estar, e os conselhos podem ser usados pelos adultos também. Muitas vezes as pessoas pensam que as curas naturais limitam-se ao uso de plantas mas, através deste livro, temos acesso a um leque diverso de opções naturais. Desta maneira, pode selecionar-se qual(is) das terapias propostas melhor se adapta(m) a cada um e começar a entender de melhor forma a ampla dinâmica das terapias naturais.

Há agora mais abertura para as terapias naturais? As pessoas no geral andam mais saudáveis? Como vai o sistema de saúde atual?

Acho que isso depende de país para país, e de lugar para lugar. Estudei terapias naturais em Barcelona, uma cidade bastante moderna e visionária dentro da Península Ibérica, em que há uma grande abertura para este tipo de tratamentos. Regressei recentemente a Portugal, e, tendo em conta que escrevi um livro de remédios naturais, quando as pessoas se dirigem a mim é porque já estão interessadas neste tema. Em relação ao que se está a passar à volta... Acho que a nível da saúde as pessoas foram desresponsabilizadas pelo seu próprio bem-estar e pensam que a recuperação do equilíbrio se prende com a toma de um medicamento de síntese, sem terem de modificar em nada os seus hábitos de vida. Parece que se aceita como dogma que, ao chegar a uma certa idade, desenvolvemos inevitavelmente uma série de patologias para as quais basta tomar X comprimidos ao dia… esta não é uma postura a incentivar, e não é comportável não só em termos de saúde mas também em termos económicos. Isto torna-se numa falta de consciência em relação à nossa saúde, uma desconexão de nós mesmos, da nossa natureza, das mensagens que o nosso corpo nos envia. Nesse aspeto, deveria haver mais programas de educação, de orientação, ou sensibilização da população, em relação ao papel fundamental dos hábitos saudáveis. E parece que esta atitude de desresponsabilização se estende a diversas áreas. Se delegarmos a nossa saúde aos outros, a nossa educação aos outros, a nossa segurança aos outros, terminamos como seres completamente dependentes e deixamos de ter um papel ativo passando a ser espetadores (em vez de atores) da nossa própria vida.

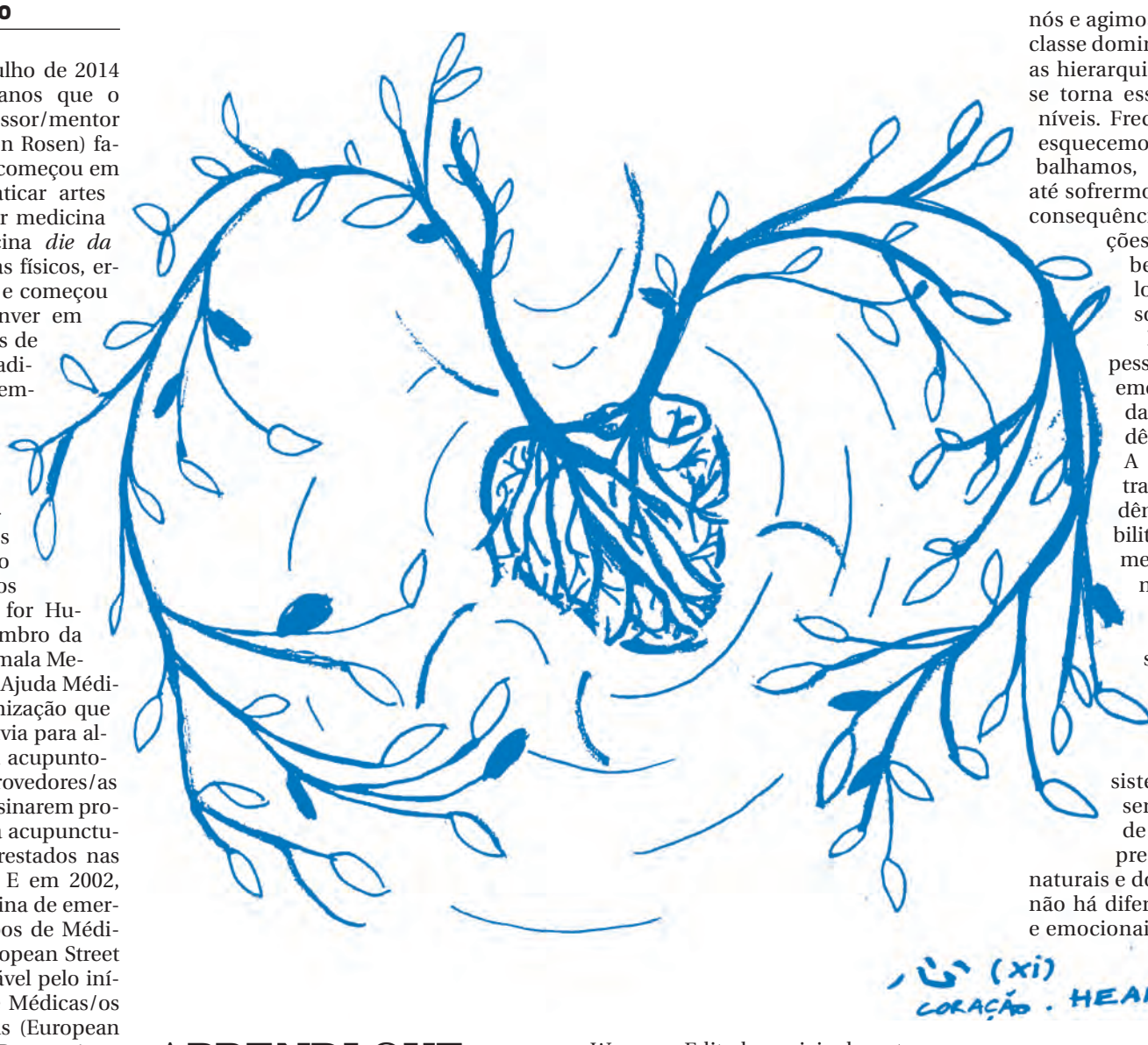
A prevenção implica empenharmo-nos na nossa saúde seguindo hábitos saudáveis, responsabilizando-nos pelo nosso bem-estar e pelo ambiente circundante. Assim, nunca é demais recordar que a saúde está, em primeiro lugar, e acima de tudo, nas Nossas Mãos!

* SOFIA LOUREIRO É TERAPEUTA NATURAL, ESCRITORA E INVESTIGADORA. LICENCIADA EM BIOTECNOLOGIA, DOUTORADA EM QUÍMICA DO AMBIENTE E COM FORMAÇÃO EM DIVERSAS DISCIPLINAS DE TERAPIAS NATURAIS.

HAJA SAÚDE!

Saúde é um estado total de bem estar físico, emocional, psicológico, espiritual e social.

TEXTO E ILUSTRAÇÃO **MARIA FREIXO**



No dia 23 de Julho de 2014 passaram 7 anos que o meu professor/mentor (sifu) Doc (Ron Rosen) faleceu. O Doc começou em criança a praticar artes marciais chinesas, a aprender medicina chinesa, inicialmente medicina *die da* (quedas e murros) de traumas físicos, ervas, acupunctura, massagem e começou a praticar medicina em Denver em 1974. Estudou também rituais de cura e ervas da medicina tradicional Lakota e tornou-se membro adoptivo deste povo após o cerco de 1974 em Wounded Knee[1].

Foi um dos fundadores do colectivo Street medics[2] (médicos de rua) nos anos 60 nos Estados Unidos, membro do comité médico para os direitos humanos (Medical Comitee for Human Rights), fundador e membro da direcção da GUAMAP, (Guatemala Medical Aid Project/ Projecto de Ajuda Médica para a Guatemala) – organização que desde o início dos anos 90 envia para aldeias no norte da Guatemala acupuntores/as e outros voluntários provedores/as de cuidados de saúde para ensinarem promotores de saúde e integrar a acupunctura nos cuidados de saúde prestados nas comunidades mais remotas. E em 2002, após vários treinos em medicina de emergência e a formação de grupos de Médicas/os de Rua Europeus (European Street Medics) foi também responsável pelo início do programa Europeu de Médicas/os Pés Descalços Sem Fronteiras (European No Borders Barefoot Doctor Program) no qual eu, entre outros, iniciámos o estudo e a prática da medicina tradicional chinesa.

Foi missão de vida do Doc devolver às pessoas o poder que vem delas, lhes pertence por direito e que é o da medicina enquanto ferramenta para a vida.

PARTILHAR CONHECIMENTO PARA DISPERSAR O PODER

Aprendi com ele que qualquer pessoa que tenha acesso a informação correcta, partilhada de forma clara, pode providenciar cuidados de saúde básicos na sua comunidade. Isto aconteceu na China, em grande escala, nos anos 40[3] e na América Central nos anos 70. Quando agricultores foram instruídos em cuidados de saúde básicos contribuíram muito para melhorar a nutrição, o ambiente, a higiene, o planeamento familiar e a condição geral de saúde da população rural. Também desde os anos 60 até agora, quando pessoas sem formação médica formal praticam primeiros socorros em protestos/manifestações, como é o caso dos *street medics*.

Tanto na altura como agora, a verdade é que nós somos os nossos recursos mais valiosos. Partilhar conhecimentos e técnicas para gradualmente deixarmos de depender de um sistema cuja prioridade é o lucro, e não a nossa vida, é vital para a nossa saúde. Um valioso recurso educativo para o tratamento e prevenção de problemas de saúde comuns é o livro (disponível gratuitamente) "Onde não há médico"[4] de David Werner. Editado originalmente em castelhano para servir as populações do México, rapidamente foi traduzido em muitas línguas e sucederam-se as edições de livros semelhantes para mulheres, crianças com necessidades especiais, medicina dentária, etc.[5], acompanhando as necessidades crescentes desta população mundial, cada vez mais esmagada pela violência do seu papel de consumidor, pela ausência do sentido de comunidade, de solidariedade e de pertença deste todo que é o planeta e o universo.

> APRENDI QUE QUALQUER PESSOA QUE TENHA ACESSO A INFORMAÇÃO CORRECTA, PARTILHADA DE FORMA CLARA, PODE PROVIDENCIAR CUIDADOS DE SAÚDE BÁSICOS NA SUA COMUNIDADE.

As guerras, a pobreza, a fome, os desastres ambientais, são hoje resultados directos e globais do modo de produção e vida capitalista. Que infligem sobre a maioria da população do planeta uma pressão constante e imensa, traumatizando indivíduos, comunidades, tribos e populações inteiras.

A tensão/stress da vida quotidiana afecta a maioria das pessoas e, embora não seja uma patologia em si, pode causar doenças se for sentida por um período de tempo prolongado e se o corpo não conseguir reagir adequadamente ao evento stressante.

É vital cuidar de nós, das nossas cabeças… curar é uma habilidade a aprender.

Quanto mais conscientes estamos da destruição e violência constante que este sistema e seus Estados promovem contra nós e agimos contra isso, confrontando a classe dominante, as estruturas do poder, as hierarquias, mais intensa e constante se torna essa confrontação, a todos os níveis. Frequentemente neste processo esquecemo-nos de nós mesmas[6]. Trabalhamos, organizamos, protestamos até sofrermos um colapso. Arcamos com consequências, lidamos com perseguições e cansaço, sem nos apercebermos das consequências a longo prazo em nós, nos nossos corpos e mentes.

É tão comum encontrarmos pessoas que enfrentam situações emocionais complicadas derivadas das suas vidas, que há tendência a considerar isto normal. A exaustão, colapsos nervosos, traumas, depressões ou dependências, são extremamente debilitantes e perturbam profundamente o nosso saudável funcionamento. É vital encontrarmos um maior equilíbrio, tempo, espaço para relaxar e descansar, reflectir no que aconteceu, recuperar forças e apoiarmo-nos mutuamente em todo este processo.

A medicina chinesa é um sistema independente que se desenvolveu ao longo de milhares de anos de observação e compreensão dos padrões e ciclos naturais e do nosso funcionamento. Nela não há diferenças entre sintomas físicos e emocionais, todos fazem a imagem geral de um padrão que é posteriormente tratado como um todo. O corpo e a mente são tratados como um só.

As feridas emocionais podem ser como feridas físicas, se não forem tratadas permanecem como obstruções tóxicas dentro dos nossos corpos.

As alterações do estilo de vida são consideradas cruciais para o bem estar do paciente. Por isso:

- O apoio comunitário é fundamental não só durante os momentos problemáticos mas também nas alturas de afastamento e recuperação.
- Conhecer os nossos limites pessoais e aceitá-los.
- Não ignorar os sintomas relacionados com stress que surjam.
- Dormir e descansar o suficiente.
- Comer bem e regularmente.
- Exercício (qi gong, yoga, bicicleta, escalada...).
- Sintonizar com os ciclos naturais (dia/noite, primavera/verão, outono/inverno).

Todas nós podemos beneficiar ao sermos capazes de promover e providenciar cuidados de saúde básicos nos nossos círculos. A ideia de partilhar conhecimento ajuda a dispersar o poder e pô-lo onde deve estar, nas nossas mãos!

Este pequeno artigo pretende ser o primeiro de uma série destinada a partilhar conhecimento prático, preventivo, básico e histórias inspiradoras, tudo bom para a nossa Saúde!

/// NOTAS

1 goo.gl/1caOu4
2 goo.gl/zsizdF // goo.gl/1s7Una
3 goo.gl/2bUJEm
4 goo.gl/4VesYK
5 goog.gl/qshu63
6 A partir daqui uso o substantivo feminino para me referir a todas as pessoas.

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

A INDUSTRIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Actualmente o debate em torno da saúde encontra-se polarizado entre a defesa de um sistema nacional público nas mãos do Estado e um sistema privatizado na mão de grandes empresas privadas.

O debate sobre a Saúde, levado a cabo pela política convencional, centra-se na aparente oposição entre serviço público e serviço privado. Entre híbridos e variantes, apresenta-se genericamente, por um lado, na defesa do Estado Social e do SNS (Serviço Nacional de Saúde), reclamando o acesso universal aos cuidados de saúde. Sustenta-se na crença de que o Estado é insubstituível e deve a qualquer custo construir as estruturas e mecanismos necessários à garantia desse direito. Isto pressupõe um modelo de planeamento centralizado, sendo a gestão de recursos e necessidades decidida por elites administrativas, de carácter político. Uma das características deste sistema é a permeabilidade ao alojamento de interesses corporativos e à corrupção[1], que a par da sua estrutura hierárquica e da burocracia, limitam a diversidade de serviços e afastam os utentes dos centros de decisão. Não são portanto os princípios subjacentes ao SNS que se questionam, mas a sua implementação através da colectivização forçada e a consequente distorsão dos seus objectivos. Em todo o caso, esse julgamento deve ser feito por quem vive sobrecarregado de impostos que sustentam o Estado e a classe governativa, e tem que fazer contas para pagar medicamentos, ou deslocar-se a uma consulta que fica a quilómetros de distância, ou esperar meses por uma cirurgia.

Do outro lado, aposta-se na descredibilização do SNS, de forma a beneficiar os interesses de grandes grupos privados da área da Saúde e dos Seguros. O objectivo é ilusoriamente reduzir custos ao Estado e transferir competências para instituições privadas de carácter lucrativo, tanto na provisão de serviços como no financiamento. As propostas deste modelo passam pela constituição de seguros de saúde, organização de grandes hospitais privados com múltiplas valências, e contratualizações com o Estado. Esta perspectiva tem encontrado terreno fértil na actual crise económica e nas medidas de austeridade impostas pelo memorando da *Troika*[2]. Os seus defensores elogiam ao mesmo tempo o assistencialismo, já conhecido em Portugal, desde os tempos do Estado Novo[3].

Contrariamente ao que muitas vezes é dito sobre este modelo de privatização, é igualmente necessário um Estado forte e

Entrada do Hospital de Braga. Desde Setembro de 2009 é administrado no âmbito de uma parceria público-privada entre os ministérios da Saúde e Finanças, e o consórcio Escala Braga (constituído pela Somague, Edifer e Grupo Mello)

regulador. Trata-se de conceder privilégios através de parcerias, subsídios, concessões e licenças que permitem criar um sistema paralelo, monopolizado por grandes empresas. A redução de riscos assegurada pelo Estado nas parcerias público-privadas é um desses exemplos, onde são socializados custos e privatizados lucros. Sendo o principal objectivo a satisfação dos accionistas, os objectivos não são directamente orientados à satisfação dos utentes. Estes saem duplamente prejudicados, pois o seu poder de decisão e negociação é feito por intermediários, como são as seguradoras ou o Estado.

As críticas apontadas ao sistema de saúde público, resultantes da gestão e planeamento centralizado, servem igualmente para um sistema de saúde privatizado, sob o domínio económico de grandes corporações. Ambas as perspectivas partilham a mesma cultura institucional, dependente de uma superestrutura administrativa e dos efeitos provenientes da sua natureza hierarquizada, separando o trabalho e a qualidade de serviço das suas motivações intrínsecas. A disponibilidade de cuidados de saúde é, neste modelo organizativo, sujeita a procedimentos, tarefas e funções normativas, bem como a um interminável número de certificados e acções de fiscalização. O hospital adquire as características da fábrica, transformando os cuidados de saúde num produto, modelado por estatísticas e indicadores financeiros.

REGULAR PRÁTICAS E PROFISSÕES

As associações públicas profissionais trabalham em parceria com o Estado no sentido de regular as profissões, através de licenciamentos e da aprovação de leis nacionais. Cada profissão é representada exclusivamente por uma associação pública profissional, denominada por "ordem", no caso das profissões condicionadas à obtenção de habilitações académicas do nível de licenciatura. À "ordem" é atribuída a função de regular o acesso e o exercício da profissão, a elaboração de normas técnicas e deontológicas, e um regime disciplinar.

Na área da saúde, estes requisitos, ao limitarem o número de pessoas que praticam várias profissões médicas e o tipo de serviços prestados, aumentam a receita dos profissionais de Saúde, e inflacionam artificialmente o valor dos seus serviços. Um dos exemplos, bem conhecido em Portugal, de claro interesse corporativo, tem sido a luta travada há anos pela OM (Ordem dos Médicos) contra o reconhecimento e pela supervisão da MTC (Medicina Tradicional Chinesa). Segundo a OM, a MTC é uma terapêutica não convencional e os seus profissionais devem "*actuar exclusivamente sob a responsabilidade de uma direção clínica médica ou em resposta a uma prescrição médica*"[4]. Apesar das diligências da OM, a última lei aprovada[5] que regulamenta as terapêuticas não convencionais, permite o exercício da MTC sem a supervisão de um médico convencional ou prescrição médica. Por outro lado, esta regulamentação implica a supervisão do Estado e um enquadramento legal igualmente restritivo.

Outro exemplo é a posição da OM relativamente aos partos domiciliários. Sobre o assunto, o Colégio de Pediatria da OM emitiu um comunicado[6] alertando para riscos, perigos e imprevistos, desaconselhando o parto em domicílio, e argumentando que para esse efeito "*seriam necessários meios logísticos muito sofisticados e dispendiosos*", onde acrescenta, *"solicitamos aos órgãos dirigentes da Ordem dos Médicos que tomem nesta matéria uma posição firme e esclarecida em favor destes jovens cidadãos indefesos e em favor do bom senso"*. São algo curiosas estas afirmações, quando a gravidez e o parto são fenómenos fisiológicos e naturais. Isto não significa que não existam riscos associados. No entanto, esta argumentação promove um modelo de assistência hospitalar, excessivamente medicalizado, condicionado por procedimentos e protocolos, diminuindo o papel dos enfermeiros, parteiras, doulas, e sobretudo o direito de escolha e empoderamento das mulheres grávidas. Os conselhos destes médicos especialistas e o seu paternalismo, acabam por fomentar o medo e a insegurança, e a dependência do hospital. Os partos "normais", de baixo risco, seguem o mesmo procedimento protocolar do que os partos com complicações. Actualmente, Portugal é um dos países da Europa onde a taxa de cesarianas é mais alta[7], aproximando-se dos 35%, mesmo quando a própria OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda uma taxa média não superior a 15%[8].

Há outros instrumentos que influenciam a oferta dos cuidados de saúde, entre os quais a limitação do *numerus clausus* nas faculdades, ou o elevado custo dos anos de formação nos cursos de medicina e enfermagem. Através destes e outros mecanismos legais, as associações públicas profissionais e o Estado têm o poder de controlar a oferta, limitando a competição, criando escassez artificial. O *cartel* das licenças e dos regulamentos funciona em benefício próprio, dando a aparência de estar ao serviço dos utentes.

OS FÁRMACOS E AS PATENTES

Um dos exemplos clássicos de intervenção do Estado no mercado em prejuízo de utentes e potenciais fabricantes prende-se com a garantia dos DPI (Direitos de Propriedade Intelectual). O titular de uma patente sobre determinado produto, tem o monopólio da produção, venda e exploração desse mesmo produto, eliminando a concorrência e controlando os preços. No caso da indústria farmacêutica, este mecanismo, de claro proteccionismo económico, ao impor escassez artificial, dificulta o acesso a medicamentos, diagnósticos e vacinas, com especial agravante para os países mais pobres, onde se morre com doenças facilmente tratáveis. Segundo dados da OMS, um terço da população mundial não tem acesso regular a medicamentos essenciais[9].

A adopção do acordo TRIPS[10] em 1994, e a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), trouxeram à regulação de patentes novas dimensões, colocando a protecção da propriedade intelectual como premissa nos tratados de comércio internacional. Esta uniformização de leis tem tido elevado impacto na vida económica e social dos países aderentes, com especial incidência nos seus sistemas de saúde[11]. Antes do acordo TRIPS, alguns dos países onde não existiam patentes, como o Brasil, Argentina, Egipto e Coreia do Sul, tinham a sua própria indústria nacional de cópia de medicamentos, sendo estes vendidos a preços consideravelmente mais baixos do que os originais. Neste processo de implementação de um sistema de patentes à escala mundial, e

AS CRÍTICAS APONTADAS AO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICO, RESULTANTES DA GESTÃO E PLANEAMENTO CENTRALIZADO, SERVEM IGUALMENTE PARA UM SISTEMA DE SAÚDE PRIVATIZADO, SOB O DOMÍNIO ECONÓMICO DE GRANDES CORPORAÇÕES

O HOSPITAL ADQUIRE AS CARACTERÍSTICAS DA FÁBRICA, TRANSFORMANDO OS CUIDADOS DE SAÚDE NUM PRODUTO, MODELADO POR ESTATÍSTICAS E INDICADORES FINANCEIROS

com o advento da biotecnologia, estabeleceu-se uma prática conhecida por *biopirataria*. Esta consiste na exploração, para fins comerciais, do conhecimento que os povos indígenas têm da natureza. Assim são criadas patentes com base em material genético ou conhecimentos de terapias tradicionais, como foi o caso do *Beberu* ou do *Ayahuasca*[12].

Os defensores das patentes dão especial relevância ao argumento de que é necessário um retorno pelo investimento em I&D (Investigação e Desenvolvimento), de forma a incentivar o desenvolvimento tecnológico, no caso do sector farmacêutico, à descoberta de novos fármacos. No entanto, é omitido o facto de que uma boa parte dessa investigação é financiada pelo Estado, isto é, com dinheiro dos contribuintes, através de fundos para a investigação, parcerias com universidades, hospitais e institutos tecnológicos. Isto é facilitado porque boa parte da investigação médica é levada a cabo em instituições públicas e privadas de renome, sendo os seus directores ao mesmo tempo, gestores e consultores de empresas farmacêuticas[13].

As patentes impulsionam a criação de novos fármacos patenteados, afastando do mercado os genéricos, através de grandes investimentos em campanhas de promoção e publicidade. Muitos desses fármacos consistem em alterações menores da composição química de fármacos já existentes. Um desses exemplos é o tão elogiado *Zebinix*, desenvolvido pela Bial, sendo o primeiro fármaco de patente portuguesa. Após vários anos de desenvolvimento, o *Zebinix* foi lançado no mercado em 2010 por um preço 10 vezes superior aos seus equivalentes, com uma comparticipação de 90% para o regime normal e 95% para o regime especial. Na época foram questionadas as suas características inovadoras e a aprovação da sua comparticipação, tendo sido desencadeada uma investigação policial ao próprio INFARMED[14].

ALTERNATIVAS AO LABIRINTO DA ESCASSEZ ARTIFICIAL

Surgidas no século dezanove, muito antes dos actuais modelos de previdência se imporem, as associações mutualistas de classe[15] funcionavam como estruturas financeiras de suporte aos seus membros e familiares em situações de desemprego, doença, acidente ou morte. Estas associações, inicialmente destinadas à protecção dos trabalhadores, contribuíram para a formação dos primeiros sindicatos e organizações reivindicativas. Faziam parte dum movimento emergente, onde germinava a necessidade de auto-organização e a criação de instituições próprias, organizadas voluntariamente desde as suas bases. Em Portugal, aquelas que sobreviveram ao corporativismo do Estado Novo e às promessas da democracia, são hoje, com algumas excepções, orientadas à filantropia, tendo perdido a relevância do passado.

De modo semelhante, a população negra dos Estados Unidos, tem desde essa época, uma vasta tradição de experiências cooperativas[16]. Sujeita à discriminação racial e à exclusão, a melhoria da sua condição social e económica motivou a criação de múltiplas organizações de base, entre as quais fraternidades, associações mutualistas e cooperativas. Os seus objectivos eram diversos e incluíam a implementação de sistemas de crédito para criação de emprego ou sistemas de financiamento para o acesso a cuidados de saúde. Mais recentemente, a *Ithaca Health Alliance*, uma cooperativa criada na cidade de Ithaca em 1997, desenvolveu um fundo para aliviar custos de saúde aos seus membros, especialmente aqueles que não têm seguro de saúde. Mesmo sendo um projecto local, é de elevada relevância num país onde aproximadamente 15% da população não tem seguro de saúde[17]. No entanto, estas experiências estão centradas apenas na questão financeira. Face aos excessivos custos da oferta, o problema mantém-se. É igualmente necessário um controlo cooperativo da provisão.

As clínicas e farmácias sociais surgidas na Grécia nos últimos anos são uma resposta civil ao processo de implosão do sistema de saúde do país. Os efeitos da crise manifestaram-se de forma quase catastrófica no sector da saúde, encerrando hospitais e centros médicos, despedindo profissionais, reduzindo ao mínimo os cuidados de saúde disponíveis. Muitas destas clínicas e farmácias surgiram inicialmente para auxiliar pessoas excluídas do sistema de saúde, em grande maioria imigrantes. Com o acentuar da crise, é cada vez maior o número de gregos que ficam sem cobertura médica, tendo igualmente de recorrer a estes serviços. Sustentadas por trabalho voluntário e donativos de recursos materiais, estas iniciativas são geridas colectivamente pelos voluntários, independentemente da sua função ou qualificação, prestando cuidados diversos que incluem clínica geral, pediatria, tratamentos dentários, entre outros. O facto de muitos destes voluntários serem médicos que trabalham em hospitais públicos e se disponibilizam em horário pós-laboral, ou serem desempregados, e a dependência face a donativos, limitam a sustentabilidade destas iniciativas a longo prazo. É necessário que a solidariedade alcance a economia.

Um dos erros mais comuns, quando se tentam encontrar alternativas ao Estado, é o de se pensar que essas alternativas passam por um modelo de organização único, à mercê dos interesses de empresas privadas, motivadas exclusivamente pelo lucro e sustentadas pela exploração de trabalho assalariado. Contrariando esta ideia, a história mostra que em momentos de emergência social, situações de catástrofe, ou períodos revolucionários, a solidariedade, a cooperação e o apoio mútuo se afirmam como possibilidades à margem do poder. Não obstante, a crise na Saúde é antes de tudo, o resultado de uma miríade de privilégios, concedidos pelo Estado, a protecção de um negócio extremamente lucrativo. Este monopólio afecta tanto o financiamento como a provisão, inflacionando os custos da medicina, tornando-a artificialmente lucrativa. Qualquer contributo realista para o debate sobre a Saúde terá de começar pelo questionamento dos actuais interesses estabelecidos.

/// NOTAS

1 A título de exemplo, ver a notícia, 80 médicos arguidos prescreviam aparelhos auditivos a troco de dinheiro e férias, jornal Público, 11-07-2014.

2 Ver texto de Isabel do Carmo: A Troika, o memorando e os serviços de Saúde., publicado no livro Serviço Nacional de Saúde em Portugal, as ameaças, a Crise e os Desafios (vários autores, Almedina, 2012).

3 Ver estudo de Jorge Alves e Marinha Carneiro: Estado Novo e Discurso Assistencialista. Publicado na revista Estudos do Século XX.

4 Nota justificativa da Ordem dos Médicos, enviada para o Grupo de Trabalho da Comissão de Saúde, a propósito das alterações à proposta de lei 111/XII/2ª relativa à regulamentação da prática das Terapêuticas Não Convencionais (TNC).

5 Lei n.º 71/2013, de 2 de Setembro. Regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais.

6 Ver texto, Posição do Colégio de Pediatria da Ordem dos Médicos sobre Partos no Domicílio, disponível no site da Ordem dos Médicos.

7 Health at a Glance 2013: OECD Indicators, publicação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

8 Monitoring emergency obstetric care, a hand book, World Health Organization, UNFPA, UNICEF, AMDD, 2009.

9 The World Medicines Situation 2011 - Access to Essential Medicines as Part of the Right to Health, relatório da Organização Mundial de Saúde.

10 Do inglês: Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio).

11 Comércio Internacional, Patentes e Saúde Pública, Monica Steffen Guise JURUA, 2007.

12 A Protecção da Propriedade Intelectual e a Biopirataria do Patrimônio GenéticoAmazônico à luz de Diplomas Internacionais, Helano Márcio Vieira Range, Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.9, n.18, 2012.

13 Por exemplo, Amílcar Falcão, consultor da Bial, é vice-reitor da Universidade de Coimbra, investigador e líder do Grupo de Farmacometria do Centro de Neurociências e Biologia Celular.

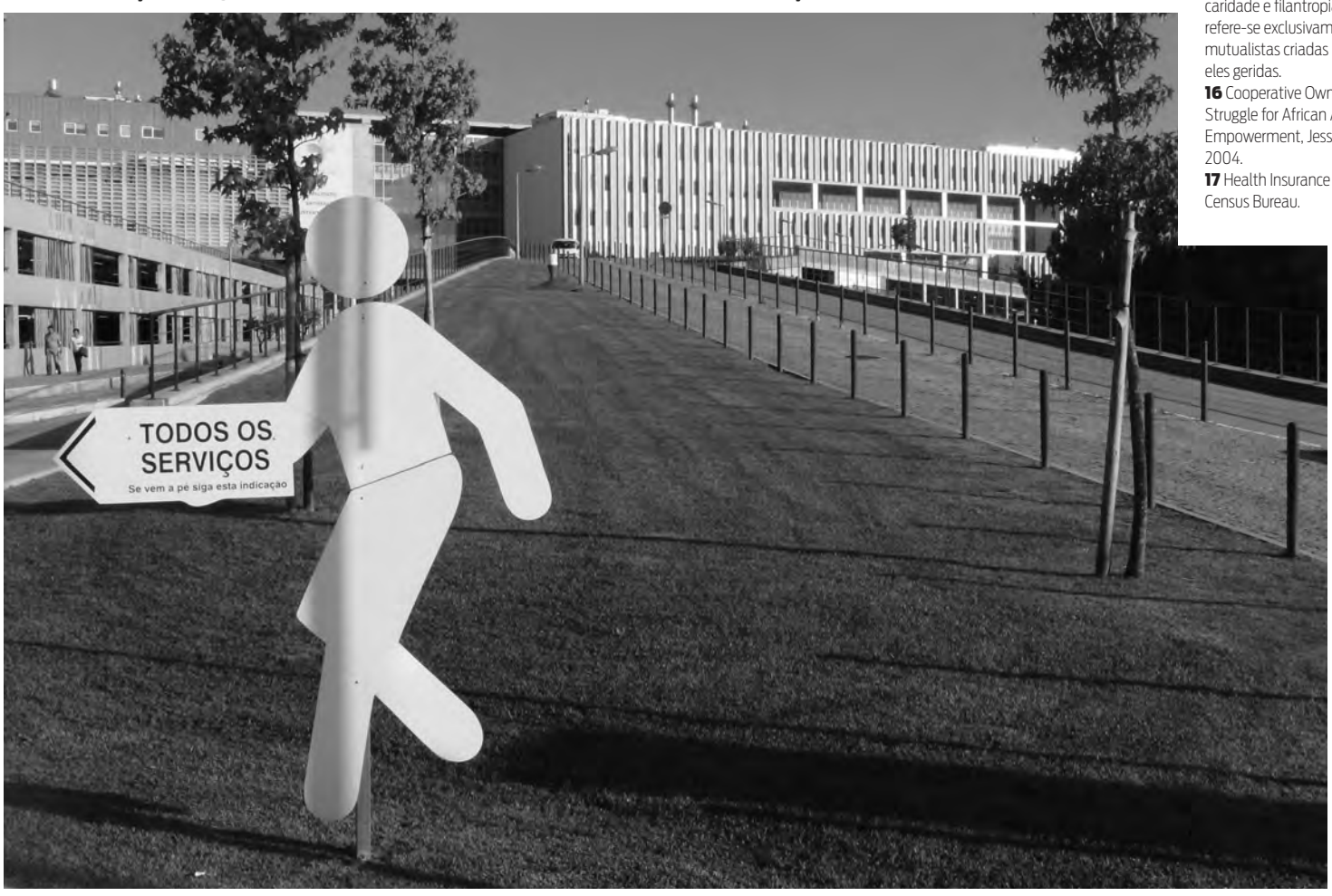
14 Polícia Judiciária no Infarmed por causa de medicamento da Bial. Jornal Público, 30-05-2012.

15 O termo Associação Mutualista abrange um movimento heterogéneo com diferentes objectivos e motivações, incluindo associações destinadas à caridade e filantropia. Neste contexto, refere-se exclusivamente às associações mutualistas criadas por trabalhadores, por eles geridas.

16 Cooperative Ownership in the Struggle for African American Economic Empowerment, Jessica Gordon Nembhard, 2004.

17 Health Insurance Highlights 2012, US Census Bureau.

"O cartel das licenças e dos regulamentos funciona em benefício próprio, dando a aparência de estar ao serviço dos utentes"



REDE FEDERICA MONTSENY

Auto-organização e solidariedade face à lei que impede o aborto em Espanha.

ANA MATEUS

GAELX

A Rede Federica Montseny pretende providenciar o apoio necessário a pessoas residentes no Estado espanhol, que desejem interromper a gravidez, a fazê-lo de forma segura e legal no estrangeiro.

Esta inicaiativa surgiu após o Ministro da Justiça do Partido Popular, Alberto Ruiz Gallardón, ter apresentado o projeto da Lei da Vida do Concebido e dos Direitos da Mulher Grávida, que visa impedir o acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG) e cuja aprovação prevê-se iminente, o que irá refletir um duro retrocesso de 30 anos. Espera-se que a aprovação do projeto de lei ocorra no final do Verão em Conselho de Ministros, para depois ser apresentada no parlamento, onde o partido detém a maioria absoluta. A lei Gallardón, como ficou conhecida, só permitirá a IVG até às 12 semanas, em caso de violação, quando tiver sido apresentada queixa, e até às 22 semanas em caso de grave risco para a saúde física da pessoa grávida[1]. Estas restrições no direito de escolha relativo à IVG começaram em 2012, quando as medidas impostas por Ana Mato, Ministra da Saúde do Partido Popular, excluíram do sistema de saúde todas as pessoas migrantes em situação irregular.

O movimento de contestação que se registou, sobretudo, em Fevereiro do presente ano, dentro e fora do Estado espanhol, polarizou as opiniões em relação ao projeto de lei, até mesmo, no seio do Partido Popular, contudo, calcula-se que seja insuficiente para impedir a sua aprovação. Mas as manifestações e concentrações não pararam. No mês de Abril, em Bilbau, subverteram-se os imperativos morais da ortodoxia católica durante a Procissão da Santíssima Cona dos Orgasmos, no decorrer da qual, foi pendurada uma faixa, na Catedral de Santiago, onde se podia ler abortaremos nos vossos púlpitos, uma atitude de clara insubmissão face à influência da Igreja Católica na aprovação desta lei. Um mês depois, em Granada, um dos lemas era: abortámos, abortamos e abortaremos. Semelhantes protestos deixam claro que, caso esta lei seja aprovada, haverá desobediência, e é expectável que a contestação e as ações em solidariedade aumentem, havendo já uma convocatória para 28 de Setembro, dia internacional pela despenalização do aborto, para uma massiva contestação mundial[2].

A Rede Montseny foi impulsionada pelo grupo de feminismos do 15M Berlim e cunhada com o nome da anarquista feminista, Federica Montseny, Ministra da Saúde da coligação eleitoral, Frente Popular, entre 1936 e1937, quando elaborou o primeiro projeto de lei para a despenalização do aborto. Neste momento, a rede estende-se por Lisboa, Berlim, Londres, Viena e Bruxelas através da colaboração com diferentes coletivos, assembleias feministas e do movimento Marea Granate, constituído por emigrantes espanholas/óis que se assume como uma extensão além fronteiras dos movimentos sociais que surgiram em Espanha nos últimos anos.

A estratégia adotada passa pela criação de uma rede autogestionada de apoio mútuo, que garanta uma alternativa e influencie o processo de tomada de decisão política, ao mesmo tempo que se coloca em evidência, entre outros aspetos, os perigos associados às restrições legais do aborto para a saúde das mulheres. De acordo, com a Organização Mundial da Saúde, a restrição do acesso livre e gratuito à IVG não reduz o número de abortos realizados. O que se verifica é um aumento de entradas nas urgências hospitalares e de mortes derivadas de operações ilegais, realizadas clandestinamente, sem condições.

No website da Rede Federica Montseny encontra-se uma descrição do projeto, que compreende uma bolsa de alojamentos composta por casas de pessoas voluntárias que realizam tarefas, tais como, disponibilizar informações sobre a legislação, sobre os procedimentos médicos e acompanhar nas diligências necessárias aos serviços de saúde. Para pertencer a esta rede, basta inscrever-se no site, podendo as formas de colaboração variar, para além do acolhimento, por exemplo, traduzir conteúdos ou recolher informações sobre o enquadramento legal em diferentes países.

Muitas das ideias desta rede, que convida à apresentação de propostas por parte de pessoas interessadas, passam pela constituição e auto-organização de grupos, assim como pela criação de estratégias de financiamento para deslocações, tentando contornar algumas restrições impostas pelos diferentes Estados, como na Alemanha, onde é proibido apoiar financeiramente a prática do aborto. Em Setembro, realizar-se-á um périplo de apresentação da rede por várias cidades espanholas, de forma a estabelecer contactos, em particular, com coletivos feministas. Em Lisboa já foi criado um enlace pelo movimento Marea Granate e a intenção é criar outros em cidades do Estado português, onde existam maternidades ou serviços hospitalares com consultas de ginecologia e obstetrícia que pratiquem a IVG. Para esse efeito pode-se entrar em contacto com a Marea Granate em Lisboa através do endereço eletrónico lisboa@mareagranate.org, ou diretamente com a Rede Federica Montseny através do endereço redfedericamontseny.lists.riseup.net.[3]

/// NOTAS

1 Uma comparação entre a lei atual e o projeto de lei apresentado por Gallardón, pode ser encontrada em: goo.gl/q3P3ma

2 + info em: goo.gl/nSQveR

3 + info em: redmontseny.net/es/

Projecto parto na água suspenso no hospital de Setúbal

Foi encerrado, a 11 de Julho deste ano, o único serviço público de partos dentro de água da península Ibérica, que funcionava no Hospital de São Bernardo, em Setúbal.

M. LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

Após a Ordem dos Médicos ter publicado um parecer desfavorável a esta prática, o Director do Serviço de Obstetrícia do Hospital São Bernardo, em Setúbal, pede recomendações à Direcção Geral de Saúde (DGS), que responde declarando que a decisão pertence ao médico director clínico. Sabendo que se trataria de uma questão de dias, uma vez que o director já se havia mostrado contra o parto natural dentro de água, é a própria equipa de enfermagem obstétrica que encerra o serviço. Esta acção foi recebida com descontentamento junto das mais de 4.000 pessoas que assinaram uma petição pela reabertura do serviço, a qual foi enviada à Assembleia da República, mas também por parte da Ordem de Enfermeiros (OE), que declarou oficialmente haver um atropelo à autonomia das funções que são da competência desta classe. Segundo os regulamentos oficiais das actividades dos enfermeiros, estes têm capacidade e autonomia para auxiliar o parto, não sendo em geral necessária a presença de um médico. Numa contestação escrita ao parecer da DGS, o OE argumenta que "*a imersão e o parto na água, enquanto parto natural, inserem-se totalmente nas intervenções autónomas e são da competência dos enfermeiros especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (...) pelo que o aval/prescrição médica prévia é totalmente despropositado para a Ordem dos Enfermeiros e ofensivo para os enfermeiros*". Nesta mesma declaração da OE encontra-se um gráfico que demonstra a taxa de sucesso dos partos naturais e os bons resultados que o serviço estava a demonstrar, seguindo os objectivos da Organização Mundial de Saúde.

Mulheres de vários pontos do país deslocavam-se a Setúbal para usufruir deste serviço, o único no Sistema Nacional de Saúde. Apesar de este ter encerrado, o parto dentro de uma piscina própria para o efeito continua a decorrer em clínicas privadas, porque não existem riscos para a saúde, desde que haja alguma vigilância e se trate de uma gravidez normal.

O parto dentro de água tem sido objecto de muitos estudos e têm-se comprovado vários benefícios, nomeadamente o alívio de dor, liberdade de movimento e maior relaxamento, o que se traduz em partos mais rápidos, menos dolorosos e com menos recursos a intervenções artificiais – como cesarianas, episiotomias, uso de fórceps, medicação, etc. Não menos importante é o direito à privacidade e o respeito pelo ritmo natural do corpo da mulher, outros benefícios deste tipo de partos.

A violência obstétrica durante o parto hospitalar, por outro lado, é uma realidade para uma grande parte das mulheres portuguesas, que estão sujeitas a práticas e regras que servem apenas para conveniência dos médicos, como por exemplo a obrigação de permanecer deitadas, não poder comer durante todo o trabalho de parto, receberem medicação intravenosa sem explicação prévia, o uso de fórceps mesmo quando a mãe prefere continuar a fazer força naturalmente, episiotomias "preventivas", etc.

O grupo Mães d'Água, responsável pela petição que circulou em Julho, tem divulgado informações sobre o assunto e reunirá com a administração do hospital a 22 de Setembro, para tentar negociar a reabertura do serviço. O contacto do grupo é: partos.agua@gmail.com.

Mostra de edições subversivas

Nos próximos dias 26, 2 7 e 28 de Setembro realiza-se na BOESG(Biblioteca e Observatório dos Estragos da Sociedade Globalizada), em Lisboa, um encontro de colectivos e indivíduos dedicados à autoria e edição de material que aposta pela subversão de uma realidade onde a possibilidade de escolha se tornou uma miragem.

MOSTRA DE EDIÇÕES SUBVERSIVAS
DIAS 26, 27 E 28 DE SETEMBRO NA BOESG · RUA DAS JANELAS VERDES Nº 13 1º ESQ. – SANTOS – LISBOA

DO TEXTO DE APRESENTAÇÃO:

Na realidade em que vivemos, poucos são os espaços não virtuais de confluência criados para o debate e exposição de ideias críticas dos vários processos de dominação e exploração em que nos vemos enredados. A criação desses espaços é de vital importância na construção de um discurso que ataque esses mesmos processos, gerando uma cumplicidade prática entre os diversos indivíduos que constituem a base dessa crítica. É nesse sentido que criamos este espaço de debate e de mostra de edições subversivas, para que continuemos a fazer da palavra uma arma que ataque tudo aquilo que repudiamos nesta sociedade e para a construção de alternativas que nos libertem das relações de dominação nela prevalecentes. Durante três dias haverá espaço para a apresentação de livros, revistas, jornais, fanzines, música e vídeo, ponto de partida para o debate de ideias e práticas que contribuam para a subversão dessa mesma realidade em que vivemos.

PROGRAMAÇÃO

26 DE SETEMBRO
16h Abertura.
18h Apresentação do livro "El 1000 y la OLLA. Agitación armada, formación teórica y movimiento obrero en la España salvaje", com a presença do seu co-autor Ricard Vargas, ex-membro do MIL e da OLLA.
20h Jantar.
21h30 Apresentação do livro "Manual de Resistência Civil" de Pedro Bravo, com a presença do autor.

27 DE SETEMBRO
13h Abertura.
14h Apresentação do livro "A Arte de Viver para a Nova Geração", de Raoul Vaneigem, com a presença do editor.
16h Apresentação da revista anarquista "Abordaxe", com a presença dos editores.
18h Apresentação da revista de pensamento crítico "Cul de Sac", com a presença dos editores.
20h Jantar.
21h30 Exibição do documentário "C.R.E.A. - Colectif pour la Requisition, l' Entraide et l'Autogestion" de João Garrinhas e Susana Costa, seguida de conversa com os realizadores.

28 DE SETEMBRO
13h Abertura.
14h Apresentação da brochura "Um espaço indefensável: O ordenamento urbano em tempos securitários" de Jean-Pierre Garnier, com a presença dos seus tradutores e editores.
16h Apresentação do livro "Desesperar" de Pedro García Olivo, com a presença do autor.
18h Apresentação do livro "Deus tem caspa" de Júlio Henriques, com a presença do autor.
20h Jantar
21h30 Exibição do documentário "Revolução Industrial" de Tiago Hespanha e Frederico Lobo, seguida de conversa com os realizadores.

+ INFO: **MOSTRADEDICOESUBVERSIVAS.TK**

Locais onde podes encontrar o jornal MAPA:

A LISTA ESTÁ EM CONSTANTE ACTUALIZAÇÃO, CONSULTA WWW.JORNALMAPA.PT

PORTO
· Livraria Utopia (Rua Regeneração, 22)
· Gato Vadio (Rua do Rosário, 281)
· Casa Viva (Praça Marquês de Pombal, 167)
· Espaço Musas (Rua do Bonjardim, 998)
· Dar à Sola, (Rua dos Caldeireiros, 204)
· Casa da Horta (Rua de São Francisco, 12A)
· Tendinha dos Poveiros (Largo da Ramadinha, 67)
· Livraria Poetria (Rua das Oliveiras, 70 r/c, lojas 5/13)
· Duas de Letra (Passeiro de S. Lázaro, 48)
· Café Pedra Nova (Rua D. João IV, 848)
· Louie Louie (Rua do Almada, 307)
· Picadilly Pub (Rua de S. Vítor, 156A)
· Terra Viva (Rua dos Caldeireiros, 213)

VILA DO CONDE
· Pátio Café (Praça da República, 12)

AROUCA
· Quiosque do Parque (Av. 25 de Abril)

LISBOA:
· Livraria Letra Livre (Calçada do Combro, 139)
· BOESG (Rua das Janelas Verdes, 13, 1º Esq)
· RDA69 (Regueirão dos anjos, 69)
· Casa da Achada (Rua da Achada, 11 r/c e 11B)
· Espaço MOB (Rua dos Anjos, 12F)
· Espaço SOU (Rua Maria, 73)
· Zona Franca (Rua de Moçambique, 42)
· Livraria Caixa dos Livros (FLUL, Alameda da Universidade)
· GAIA (Rua da Regueira, 40)
· Associação de Estudantes da FCSH da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C)

ALMADA
· Centro de Cultura Libertária (Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto, Cacilhas)

BARREIRO
· Livraria Tio Papel (Rua dos Bombeiros Voluntários, 10 LJ)

BRAGA
· Livraria Centésima Página (Avenida Central, 118-120)
· Papelaria Top Leitura (Largo da Estação)
· Taberna Subura (Rua Frei Caetano Brandão, 101)
· Tabacaria Central (Estação de Camionagem, Praça da Galiza)
· Quiosque Duarte (Largo Paulo Orósio)

BARCELOS
· CCOB – Círculo Católico de Operários de Barcelos (Rua D. Diogo Pinheiro, 17-21)

GUIMARÃES
· Loja do Júlio (Rua da Rainha D. Maria II, 145)

COIMBRA
· República das Marias do Loureiro (Rua do Loureiro, 61)
· República Ninho do Matulões (Rua Infanta Dona Teresa, 29B)
· Tabacaria Pavão (Rua Alexandre Herculano, 16)
· Quiosque Sousa (Largo da Portagem)
· Tabacaria Espírito Santo (Praça 8 de Maio, 8)
· Tabacaria Machado D'Assis (Praça Fausto Correia)
· Papelaria Botânico (Bairro S. José, 1)
· Café "O nosso café" (Rua do Brasil, 370)
· Quiosque da Estação de Camionagem (Av. Fernão de Magalhães)

ÉVORA
· Tabacaria Génesis (Rua João de Deus, 150)
· Fonte das Letras (Rua 5 de Outubro, 51)

SETÚBAL
· Associação José Afonso, Casa da Cultura, (Rua Detrás da Guarda, 26-34, 1º)
· Papelaria e Tabacaria Portela (Av. 22 de Dezembro, 21, Loja 6 - CC de São Julião)
· Livraria Culsete (Av. 22 Dezembro, 23)
· Livraria Universo, Rua do Concelho nº 13 (junto à Câmara Municipal de Setúbal)
· Taifa Bar (Avenida Luísa Todi, 558)
· Livraria Universo (Rua Concelho, 13)

CASTRO VERDE
· ContraCapa – Livraria Papelaria (Av. General Humberto Delgado, 85)

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 7
Setembro / Outubro 2014

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redação: Rua Fran Paxeco, 176 r/c, 2900- Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram neste número com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:
M.Lima*, IA*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Ana Rute Vila*, Cláudio Duque*, P.M.*, A.P., Ali Baba*, Júlio Silvestre*, José Pedro Araújo*, Granado da Silva*, Olegário Bigodes, X. Espada, Z., Huma*, António Homem Samarra, Nuno Pereira, Finja Delz, Gisandra C. Oliveira, Maria Freixo, Binau, I.X., Ana Mateus, João Buga, Patrícia Colucas, JBB, João Gomes.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: Trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/JornalMapa2012
Twiter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13

Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50 - Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro - Portugal

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

Na última edição do Mapa publicámos um artigo centrado num episódio ocorrido no rescaldo da Guerra Civil espanhola: a "Batalha do Cambedo da Raia". Nele abordámos a colaboração entre as ditaduras de Salazar e Franco na repressão aos guerrilheiros republicanos galegos desde o início do conflito em Julho de 1936 até aos acontecimentos verificados naquela aldeia raiana, mais de dez anos depois. Desta vez trataremos do envolvimento da ditadura salazarista na preparação do golpe militar contra a IIª República espanhola e do apoio diplomático, financeiro, material e humano prestado desde Portugal aos golpistas, desde a primeira hora do "*Alzamiento*"[1], que foi determinante para a vitória franquista. Recordaremos também a solidariedade de muitos portugueses com a causa republicana e a sua participação no conflito.

PORTUGAL E A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

A proclamação da IIª República espanhola em Abril de 1931, que pôs fim à monarquia depois da ditadura de Primo de Rivera, surpreende a Ditadura Nacional nas tarefas de controlo da "Revolta da Madeira". Os republicanos portugueses exilados das revoltas que se tinham sucedido no nosso país depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, até então refugiados em Espanha e França, passaram a contar com o apoio dos novos governantes espanhóis na luta contra o regime ditatorial português. Conscientes do perigo que representava a nova situação para o seu futuro, os responsáveis pela ditadura portuguesa puseram em marcha uma campanha avivando o anti-espanholismo na opinião pública portuguesa[2].

Esta campanha essencialmente propagandística, levada a cabo pela generalidade dos jornais e rádios portugueses, viria a conhecer um interregno, depois da vitória da coligação de direita de Gil Robles e Alejandro Lerroux nas eleições espanholas de 1933, de que resultaria, inclusive, o reconhecimento oficial da IIª República por parte de Portugal, mas viria a ser retomada com mais afinco quando, em Fevereiro de 1936, a Frente Popular, coligação de forças de esquerda e independentistas, ganhou as eleições legislativas no Estado espanhol. Desta vez, ao contrário das eleições de 1933, os anarquistas e anarco-sindicalistas organizados na FAI e na CNT não deram indicação abstencionista.

Esta vitória eleitoral abriu as portas ao desencadear de um processo pré-revolucionário raramente referenciado quando se fala da Guerra Civil espanhola. Os eleitores que tinham levado a esquerda ao poder já não eram os mesmos que a tinham votado em 1931. Algo tinha mudado, tinham mais experiência. Não esperaram que o novo governo decretasse uma amnistia, passaram à acção e, de imediato, abriram as portas das cadeias a oitenta mil presos, grande parte deles recluídos na sequência da repressão à greve geral revolucionária de 1934. Os camponeses não esperaram o reinício do debate da reforma agrária, lançaram-se a ocupar as terras. Durante o mês de Março, noventa mil camponeses da Extremadura, Andaluzia e La Mancha ocuparam latifúndios, passando a trabalhar a terra em comunidade. Assim se iniciava uma revolução pacífica, potenciada pela generalização das colectivizações da terra, minas, indústria, transportes e alguns serviços básicos após o fracasso do golpe militar fascista em Julho de 1936, que manteria rasgos revolucionários durante o primeiro ano da Guerra Civil[3].

A partir de Fevereiro de 1936, em paralelo com a campanha de propaganda, Salazar passou a apoiar e a colaborar com opositores espanhóis na preparação de um golpe militar "**para o derrube do regime republicano espanhol e de defesa da sua ditadura**"[4]. No Estoril, encontrava-se exilado, depois de um pronunciamento militar fracassado em Agosto de 1932, do qual fora indultado pelo governo republicano no ano seguinte, o seu mentor, General Sanjurjo Sacanell, coordenador de um grupo de militares, onde se destacavam os Generais Emilio Mola, planificador do golpe e chefe das operações no Norte de Espanha, e Francisco Franco que, à cabeça do exército de África primeiro e como "caudilho" depois, desempenhou o papel central nos acontecimentos[5].

A 17 de Julho de 1936, Mola pôs em marcha o plano do golpe, que fracassou em Madrid, Valência, Catalunha e País Basco, graças à resistência do movimento revolucionário espanhol - nomeadamente aos membros da CNT-FAI e da UGT, que ocuparam as ruas e cercaram os quartéis afectos ao golpe - e dos militares que se mantiveram fiéis à República. A sublevação teve apenas êxito na Galiza, Castilha e Leão, Aragão, Navarra, Maiorca e Sevilha. Foi neste cenário que se iniciou a Guerra Civil, cujos combates continuaram até à derrota das forças republicanas e revolucionárias a 1 de Abril de 1939, prolongando-se na forma de guerrilha até aos anos sessenta e cujas sequelas se mantêm vivas nos dias de hoje.

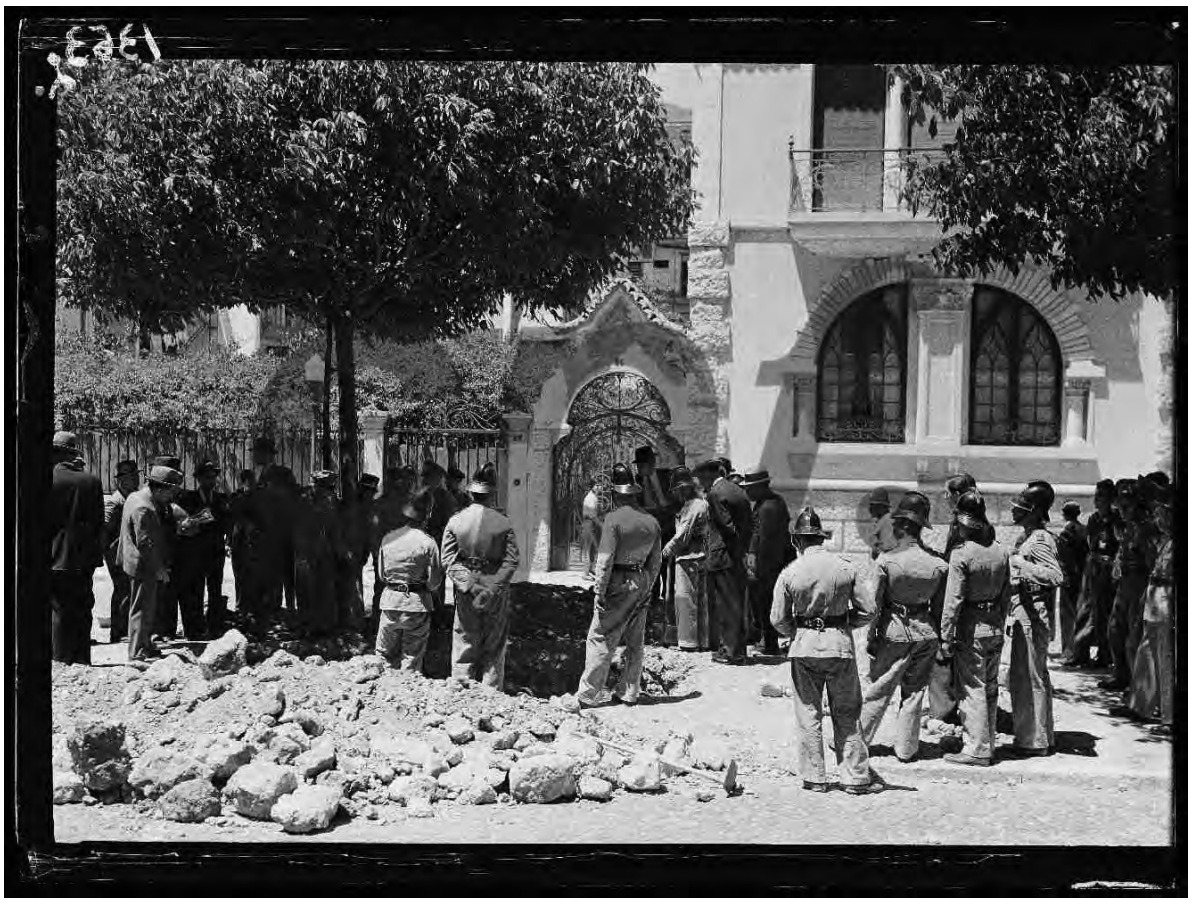
O conflito em Espanha desencadeou-se num momento crucial de consolidação da ditadura instalada dez anos antes em Portugal, que conhecera a última de uma série de revoltas havia pouco mais de dois anos, em 18 de Janeiro de 1934, e do seu desfecho dependia a sobrevivência do Estado Novo. Não surpreende por isso a intervenção salazarista a favor dos militares fascistas sublevados nos primeiros meses de guerra, durante os quais o Governo de Lisboa mantinha relações formais com o Governo da República espanhola ao mesmo tempo que equipava, financiava alimentava e defendia nos fóruns internacionais os militares que o tentavam derrubar. Surpreendente é o facto destas actividades terem sido realizadas como se de actos clandestinos se tratasse, ao ponto de delas praticamente não se encontrarem provas documentais.

APOIO FINANCEIRO

Desta dificuldade faz eco José Ángel Sánchez Asiain, autor de uma volumosa obra sobre o financiamento da Guerra Civil espanhola, onde dedica um capítulo ao papel de Portugal na sublevação de 18 de Julho de 1936, "**indiscutivelmente houve ajudas financeiras à sublevação a partir de Portugal. Foram facilitadas nas primeiras semanas da guerra, quando o financiamento era muito escasso. Desgraçadamente, se em geral as ajudas financeiras são difíceis de documentar, no caso português, com excepção dos seus créditos bancários, são-no muitíssimo mais, muito pouco transpareceu, especialmente numa das suas mais importantes rubricas, que sem dúvida teve que ser o colectivo dos grandes empresários**"[6].

Sánchez Asiain, professor universitário, economista e banqueiro, foi durante mais de vinte anos presidente do conselho de administração do Banco de Bilbao, cargo que lhe terá facilitado algumas das suas investigações. Segundo ele, depois de iniciada a sublevação, "**Salazar dirigiu-se aos banqueiros e aos grandes empresários portugueses para lhes explicar a necessidade e urgência de ajudar os militares que se tinham levantado em armas contra a República**", argumentando que, com "**a extensão da revolução e a anarquia com que ali se actuava, os projectos económicos e sociais que a Frente Popular estava a dinamizar, terminariam por estender-se a Portugal se a sublevação não triunfasse em Espanha**". Este autor informa não ter conseguido documentar do ponto de vista formal, até ao momento, a existência de tal convocatória, baseando esta informação na "**tradição oral, apoiada na mais absoluta lógica**", mas não tem nenhuma dúvida em afirmar que Salazar estava em permanente contacto com "os conspiradores" e os banqueiros: "**No próprio 17 de Julho de 1936, à estranha hora das 22:45, recebeu o presidente do Banco Espírito Santo, Ricardo Espírito Santo, e no dia seguinte, 18 de Julho, recebeu o general Sanjurjo e o Marquês de Quintanar**"[7]. Outro autor, Filipe Ribeiro de Meneses, acrescenta à lista dos presentes nesta reunião o director da PIDE, Capitão Agostinho Lourenço, e o Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa.[8] Já em 2007, Jaime Nogueira Pinto, no livro "*Salazar: O Outro Retrato*", se referira às "**mensagens muito claras**" dirigidas pelo ditador "**aos grandes empresários portugueses**", no princípio da Guerra Civil, "**para que ajudassem os sublevados**".

Na obra de Sánchez Asiain, a Sociedade



A oposição ao regime participou no apoio ao processo revolucionário espanhol realizando vários atentados à bomba, levados a cabo por anarquistas e republicanos reviralhistas. O mais importante foi o que teve como objectivo o próprio presidente do conselho, António de Oliveira Salazar, que não teve mais consequências para o ditador porque o dispositivo explosivo fora mal desenhado

O CONFLITO EM ESPANHA DESENCADEOU-SE NUM MOMENTO CRUCIAL DE CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA INSTALADA DEZ ANOS ANTES EM PORTUGAL E DO SEU DESFECHO DEPENDIA A SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO NOVO

Geral, empresa fundada por Alfredo da Silva, é referida como tendo aberto um crédito, no valor de 175.000 libras esterlinas, logo no início de Agosto de 1936, a favor de representantes do governo de Burgos em Lisboa. Mas a lista revelada não se fica por aqui. Aparecem também referências a operações de financiamento ao longo do conflito por parte do Banco Totta, da Caixa Geral de Depósitos, do Banco Comercial, Casa Viana e Fonseca, do Banco Nacional Ultramarino e do Banco Espírito Santo. Este último, entre outros apoios, passou a remeter às dezenas de representantes diplomáticos do governo de Burgos verbas para o seu funcionamento[9].

APOIO LOGÍSTICO E MATERIAL

Desde o início do conflito até meados de Agosto, altura em que toda a área de fronteira com Portugal foi isolada e ocupada pelas forças golpistas, os portos, as estradas, a linha férrea e os campos de aviação portugueses serviram de pontos de passagem e ligação entre as forças dos exércitos sublevados no Norte e no Sul da zona ocidental da Península. Por aqui passou também uma parte importante do abastecimento de material de todo o tipo, das armas ligeiras aos aviões, para as tropas golpistas, fornecidos pela Alemanha e pela Itália, tendo Portugal contribuído directamente com toneladas de munições e outro armamento, fazendo do nosso país a retaguarda de um exército sublevado em campanha[10].

À medida que o exército comandado por Franco progrediu de Cádis em direcção ao Norte e conquistou as cidades e vilas dos territórios raianos da Andaluzia e da Extremadura espanhola, os civis e milicianos republicanos, que conseguiam cruzar a fronteira buscando refúgio no nosso país, encontravam um dispositivo montado pela PIDE, GNR, Guarda Fiscal e forças militares, com instruções claras de acção, que os devolvia às forças fascistas, apesar de saberem que os "entregados" seriam sumariamente fuzilados.

Nos dias seguintes à batalha de Badajoz, depois da conquista pelas tropas fascistas, seriam fuzilados de três a quatro mil habitantes, (não está apurada a cifra total), a maioria militares fiéis à República, militantes dos partidos de esquerda, anarquistas e sindicalistas da Federação Espanhola dos Trabalhadores da Terra, desta que era considerada a cidade piloto da Reforma Agrária. Alguns deles tinham procurado refúgio em território português e, depois de detidos, foram devolvidos na fronteira às tropas fascistas e aos falangistas. A praça de touros da cidade e as ruas adjacentes ficaram cobertas de cadáveres, naquele que foi considerado um dos maiores massacres da guerra civil.

O mesmo ocorria na restante área raiana. Os cerca de mil republicanos, oriundos das povoações espanholas vizinhas de Barrancos, confinados, em Agosto, nos "campos de refugiados" improvisados nas Herdades da Coitadinha e das Russianas, e que, em Outubro de 1936, seriam transportados de barco, a partir de Lisboa, para a zona republicana, foram uma excepção à política seguida por Salazar com os refugiados, tendo ficado a dever-se este desfecho à pressão internacional e à coragem do responsável do campo, que desrespeitou as ordens, vindo a ser penalizado por isso[11]. (Ver Salta Montes, na página 22).

APOIO DIPLOMÁTICO E PROPAGANDA

A diplomacia portuguesa pôs-se incondicionalmente ao serviço do *Alzamiento Nacional* desde o primeiro momento. Defendia nos fóruns internacionais a legitimidade do golpe de estado fascista e colaborava na propaganda de guerra, chegando ao ponto anedótico de negar o bombardeamento aéreo de Guernika pelos aviões alemães e italianos. Em diferentes países do mundo, os diplomáticos portugueses acompanhavam as acções dos agentes do bando nacional na defesa da sua causa ante a opinião pública internacional e os respectivos governos [12].

Apesar da importância de todos os apoios proporcionados, para muitos autores, a principal intervenção portuguesa no conflito foi de natureza politico-ideológica e revelar-se-ia crucial para credibilizar no exterior o movimento rebelde. É neste contexto que pode situar-se a oposição sistemática a todo o tipo de proposta de mediação entre os sublevados e o governo republicano por parte do Governo português. Uma proposta franco-britânica nesse sentido, recebeu em Dezembro de 1936 a oposição formal de Salazar em termos esclarecedores sobre o que estava em jogo, ao considerar as mediações no conflito espanhol "**incompreensíveis, se, como supomos, ali se assiste à luta de duas civilizações ou de uma civilização contra a barbárie**"[13]. Três meses depois a diplomacia portuguesa intervinha junto do Vaticano, no que pode ser qualificado de "puxão de orelhas" ante a debilidade da igreja católica, concretamente quando suspeitam que a Santa Sé se prepara para apoiar a proposta franco-britânica de mediação do conflito de Maio de 1937.

Internamente fora posta em marcha uma campanha de propaganda, controlada pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), visando a mobilização da opinião pública portuguesa, através dos jornais, rádios e cinema, em cujos conteúdos colaboravam os principais intelectuais do regime, promovendo o elogio a Franco e cortando todas as informações que fossem prejudiciais para a imagem do bando insurrecto ou que favorecessem o bando leal à República. O Rádio Club Português e a Emissora Nacional aumentaram a potência de emissão e passaram a emitir também em castelhano, constituindo-se em emissores de rádio do exército franquista. Mais de trinta jornalistas e fotógrafos foram enviados pelos jornais portugueses para cobrir a guerra, todos para o território do bando sublevado.

PACTO DE NÃO-INTERVENÇÃO

A partir de meados de Agosto de 1936 vigorava um acordo multilateral de não intervenção na Guerra Civil, concebido pelo governo de esquerda da Frente Popular francesa e acolhido pelo governo conservador britânico, que tinha por objectivo *evitar a internacionalização do conflito num momento de máxima tensão na Europa,* ao qual tinham aderido os vinte e sete países europeus (todos menos Andorra, Suiça, Liechtenstein, Mónaco e Vaticano). Os países signatários deste Acordo de Não-Intervenção em Espanha, (Portugal seria o último a aderir, logo depois do exército fascista ter ocupado todo o território fronteiriço), comprometiam-se a "*abster-se rigorosamente de toda a ingerência, directa ou indirecta, nos assuntos internos de esse país" e proibiam "a exportação, reexportação e trânsito para Espanha, possessões espanholas ou zona espanhola de Marrocos de toda a classe de armas, munições ou material de guerra*".

A iniciativa franco-britânica deste acordo de não intervenção conduziria ao desarmamento progressivo do exército republicano, impedido de reabastecer-se nos provedores tradicionais, e seria um contributo importante para a vitória dos fascistas dois anos e meio depois. Logo que o acordo foi assinado, a França suspendeu a venda de equipamento militar ao governo legítimo da República. Encerrou a sua fronteira com Espanha e iniciou uma campanha, desencorajando os seus cidadãos de irem apoiar a causa republicana. O mesmo apelo faria a Grã-Bretanha, o que não impediria milhares de franceses e ingleses de se juntarem a outros milhares de voluntários de cinquenta nacionalidades, que acorreram a Espanha para lutar contra o fascismo e apoiar aqueles que lutavam pela terra e pela liberdade.

Paralelamente, a Alemanha nazi, a Itália fascista e o Portugal salazarista, signatários do mesmo acordo de não-intervenção, não só não o cumpriram como massificaram o apoio aos sublevados espanhóis com equipamento militar e tropas, evidenciando a farsa que escondia a iniciativa franco-britânica. Pelos portos e fronteiras de Portugal, durante 1936, passou uma parte importante deste apoio e do abastecimento ao exército fascista, ao ponto do nosso país figurar como o terceiro maior importador mundial de material de guerra neste período, pondo também a funcionar em dois turnos as fábricas de munições, explosivos e granadas, ao mesmo tempo que organizava o recrutamento de voluntários, os "Viriatos"[14], com soldo pago em Portugal, que se viriam a integrar aos milhares nas várias divisões do exército sublevado. O futuro da ditadura salazarista jogava-se no conflito espanhol, "**de entre todos os outros países que apoiaram os dois bandos em luta, nenhum fez um esforço tão grande como o Governo português que viveu a Guerra Civil espanhola como um assunto interno**"[15].

O PAPEL DA UNIÃO SOVIÉTICA

Com a evidência da violação do acordo por parte destes países, em Novembro de 1936 a União Soviética passa a fornecer

Cartoon aparecido na imprensa Sueca que parodiava a suposta "neutralidade" portuguesa no conflito espanhol, cujo papel foi fundamental para o apoio logístico dado às tropas nacionais pela Itália e a Alemanha.

material de guerra ao Governo republicano, uma intervenção que se lhe revelaria rentável do ponto de vista económico, uma vez que as reservas de ouro espanholas, 500 toneladas, previamente depositadas em Moscovo pelo governo republicano, seriam integralmente consumidas como pagamento pela ajuda soviética, cobrada a preços excepcionalmente elevados. As armas e víveres da União soviética chegaram acompanhados de novas orientações políticas que condicionariam as possibilidades de revolução social em Espanha e, talvez, o desfecho da guerra civil. Com a ajuda militar e o trigo soviéticos, os comunistas, até ali minoritários, aumentaram a sua influência no governo e nas ruas. Uns meses mais tarde, em Maio de 37, levantaram-se de novo barricadas em Barcelona, desta vez não contra os fascistas, mas contra as tentativas do governo autónomo, onde participavam os comunistas, de acabar com as colectivizações.

Uma tentativa de ocupação pela polícia da sede da Telefónica colectivizada, que foi interpretada como uma provocação dos estalinistas para acabar com o processo revolucionário em Espanha, despoletaria graves incidentes por toda a cidade nos dias seguintes, dos quais resultariam cerca de quinhentos mortos e milhares de feridos, uma guerra civil dentro da guerra civil.

A situação de guerra e a premência do combate contra o fascismo levaria os dirigentes das organizações libertárias e revolucionárias catalãs a desistir do enfrentamento com o governo republicano e o PCE. As milícias populares e colunas foram militarizadas, com o regresso da hierarquia militar, as colectivizações passaram a nacionalizações e, por arrasto, a revolução social em marcha começou a adquirir as características do capitalismo de estado. Os métodos repressivos de Stalin na União Soviética passaram a ser utilizados em Espanha, onde se estendeu a guerra aos trotskistas, com a eliminação do POUM e o assassinato de alguns dos seus dirigentes. A política de condução da guerra passaria a ser dirigida pelo PCE em todas as suas facetas. O comité executivo do Komitern, a Internacional Comunista, a 4 de Agosto de 1937, publicava o enquadramento teórico de toda esta acção política: "*Num país como Espanha, onde as instituições feudais têm ainda raízes muito profundas, a classe operária e o povo têm como tarefa imediata e urgente, a única tarefa possível (...) não realizar a revolução socialista, mas sim defender, consolidar e desenvolver a revolução democrática burguesa*".

MILHARES DE PORTUGUESES PARTICIPARAM NA PRIMEIRA LINHA DO CONFLITO, CONTANDO-SE POR DEZENAS, OS MORTOS; CENTENAS, OS PRESOS; E OUTROS TANTOS, OS CONFINADOS NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO FRANCESES, NO FINAL DA GUERRA

A SOLIDARIEDADE DOS PORTUGUESES COM A REPÚBLICA ESPANHOLA

A oposição ao regime, asfixiada por dez anos de ditadura edificada sobre os escombros das revoltas sangrentas iniciadas em Fevereiro de 1927 (ver Mapa nº 5), com milhares de presos, deportados nas colónias e exilados no estrangeiro, participou no apoio à República e ao processo revolucionário espanhol, apesar das circunstâncias difíceis em que se encontrava, realizando vários atentados à bomba, levados a cabo por anarquistas e republicanos reviralhistas contra objectivos relacionados directamente com o conflito.

No dia 20 de Janeiro de 1937, deflagraram explosões no Consulado de Espanha; no Rádio Club Português, apoiante mais descarado da acção fascista no país vizinho, com emissões de propaganda em espanhol; nos depósitos de gasolina da *Vacuum (Mobil)*, em Alcântara, fornecedora de gasolina ao exército franquista; e nos arsenais militares de Chelas e de Barcarena, donde saía armamento que era transportado para a fronteira. A 4 de Julho levaram a cabo a acção mais importante politicamente: o atentado contra Salazar, que não teve mais consequências para a vida do ditador porque o dispositivo explosivo fora mal desenhado[16].

Relacionada por muitos autores como um gesto de apoio aos republicanos espanhóis, a revolta dos marinheiros de Setembro de 1936, em que um grupo de marinheiros organizados na ORA (Organização Revolucionária da Armada), estrutura afecta ao PCP, se apoderou de três navios no Tejo, (*Dão, Bartolomeu Dias e Afonso de Albuquerque*), "**não foi feita para irmos para Espanha. naturalmente era para lá que iríamos se fosse preciso, porque não havia outro sítio para onde ir, mas não era esse o objectivo**", afirma José Barata[17], um dos marinheiros revoltosos membro da ORA. Segundo ele, o motivo era exigir a reintegração de dezassete marinheiros, excluídos no regresso de uma viagem que teve várias escalas em portos do Mediterrâneo controlados pelos republicanos espanhóis e a libertação dos marinheiros presos no ano anterior. Fossem quais fossem as razões dos marinheiros, Salazar não hesitou em mandar bombardear os navios pela artilharia de costa, de que resultou a morte de cinco marinheiros, dezenas de feridos, a condenação posterior de outros sessenta a pesadas penas de prisão, cumpridas no Tarrafal e a inutilização dos navios mais modernos da Armada.

Milhares de portugueses participaram na primeira linha do conflito, contando-se por dezenas os mortos, centenas os presos, e outros tantos os confinados nos campos de concentração franceses, no final da guerra. Nas obras de referência mundial sobre a Guerra Civil, quando tratam a participação dos cidadãos de todos os continentes que acorreram a Espanha para lutar contra o fascismo, participando do ânimo revolucionário dos republicanos, admirado no mundo inteiro, pouco se fala da presença portuguesa. Uma explicação poderá ser o facto da esmagadora maioria dos portugueses já se encontrar ali quando se desencadeou o conflito, passando a integrar as milícias e colunas locais desde o primeiro momento. Também por essa razão não terá existido uma brigada internacional portuguesa, embora seja conhecida a presença de portugueses em várias delas. Uma investigação exaustiva sobre este tema ainda está por fazer[18].

Ao finalizar o conflito, Salazar assumiria a participação compenetrada no bando fascista da guerra civil espanhola. No discurso perante a Assembleia Nacional, a 22 de maio de 1939, afirmou que não lhe importava "**o sacrifício que tinha feito Portugal nem o número de soldados portugueses mortos na guerra**", referindo-se aos "viriatos", voluntários fascistas a soldo, já que o importante, para ele, era que "**o objectivo tinha sido cumprido**", rematando de forma eloquentemente reveladora: "**Orgulho-me de que tenham morrido bem e todos – vivos e mortos - tenham escrito pela sua valentia mais uma página heróica da nossa e da alheia História. Não temos nada a pedir nem contas a apresentar. Vencemos, eis tudo!**"[19]

De então para cá, foram muitas as vicissitudes que afectaram a vida dos povos do planeta. A ditadura financeira em que vivemos é o resultado das vitórias nos conflitos que marcaram o século passado, nos quais a Guerra Civil espanhola e o processo revolucionário que se seguiu ao golpe militar de 25 de Abril no nosso país tiveram um papel destacado. A civilização que Salazar via perigar no conflito espanhol perdura, com consequências catastróficas em todos os aspectos da vida que conhecemos. Nunca saberemos se o presente seria diferente se a vitória tivesse sorrido ao lado da "barbárie", mas o ritmo de decomposição da sociedade actual, gerando a infelicidade de um cada vez maior número de pessoas, obrigará à sua destruição, se é que ela não se auto-destrói antes.

/// NOTAS

1 *Alzamiento Nacional* foi a designação adoptada pelos sublevados contra a República espanhola e, posteriormente, pelo governo franquista, ao referir-se ao golpe militar fracassado em 17 de Julho de 1936, que deu início à Guerra Civil.

2 OLIVEIRA, Cesar de: P*ortugal e a II República Espanhola (1931-1936)*, pp 82-83, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985.

3 PAZ, Abel: "*O Povo em Armas*", Lisboa, Assírio & Alvim, s. d. Ver também entrevista de Outubro de 2005 a Abel Paz, in alasbarricadas.org (goo.gl/25jNGp)

4 PORTELA, Luis e RODRIGUES, Edgar: *Na Inquisição de Salazar*, pp 188-189, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1957.

5 Sanjurjo viria a morrer em Cascais a 20 de julho de 1936, dois dias depois do "Alzamiento", quando a avioneta que o transportava a Burgos teve um acidente ao descolar. Mola viria a morrer também num acidente aéreo perto de Burgos em 1937.

6 SÁNCHEZ ASIAIN, José Angel: *La financiación de la guerra civil española*, p.238, Barcelona, Crítica, 2012

7 Obra citada na nota anterior: p.239. Em nota de rodapé, o autor informa que teve acesso à agenda da Secretaria de Salazar, que se encontra no Arquivo Salazar (1907-1974), agradecendo ao seu amigo Carlos A. Damas, director do Centro de Estudos da História do Banco Espírito Santo, a destacada ajuda que lhe prestou no acesso a essa agenda e a outros valiosos documentos, especialmente os relativos à operação para pôr à disposição de diplomáticos do Governo de Burgos recursos financeiros por conta do banco.

8 MENESES, Filipe Ribeiro de: Salazar, Uma Biografia Política, p.218, Lisboa, Dom Quijote, 2010.

9 SÁNCHEZ ASIAIN: obra citada, pp.240 e seguintes.

10 OLIVEIRA, Cesar de: obra citada, pp. 137-155.

11 SIMÕES, Maria Dulce: *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*. Câmara Municipal de Barrancos, Edições Colibri, 2007.

12 DELGADO, Iva; Portugal e a Guerra de Espanha, pp 38 e seguintes, Lisboa, Europa-América, 1980.

13 MNE 1964: doc nº 699. Resposta formal de Salazar à proposta franco-britânica de mediação do conflito, de 11.12.1936.

14 Entre quatro e dez mil voluntários portugueses, a cifra exacta não está apurada, conhecidos por os "viriatos" alistar-se-iam nas fileiras franquistas.

15 RODRIGUEZ, Alberto Pena: *La creación de la imagen del franquismo en el Portugal salazarista*, http://goo.gl/wOVmvH

16 SANTANA, Emídio: *O Atentado a Salazar*, p. 61, Lisboa, Publicações Forum, 1976.

17 GOMES, Varela: Guerra de Espanha – Achegas ao Redor da Participação Portuguesa, 2ª edição, p. 78, Lisboa, Fim de Século, 2006

18 César de Oliveira, na obra citada pp 399-410, identifica centenas deles a partir dos arquivos portugueses, Varela Gomes, obra citada pp. 17-77, recolheu depoimentos de participantes, quase todos comunistas, e identificou outros. José Tavares, "Memória Subversiva – História do anarquismo e do sindicalismo em Portugal", 27 horas de entrevistas e registo de documentos, Lisboa, 1987, filmou depoimentos de alguns dos anarquistas que tinham participado na guerra.

19 Discurso de Salazar ante a Assembleia Nacional em 22 de Maio de 1939.

JOÃO GOMES

Ao salto dos montes: *Barrancos*

FELIPE NUNES
FELIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Pelos montes da raia no concelho de Barrancos sugerimos a descoberta do Parque de Natureza de Noudar. Por entre as ribeiras do Múrtega e do Ardila, que emprestam vida nestas terras de sol abrasador, descobrimos recônditos lugares onde gentes do Sul escolheram viver no azinhal, vestígio da vegetação natural que ocuparia esta região noutros tempos, e que cercava o Castelo de Noudar. Majestosa imposição humana da história portuguesa sobre um território, sem porém nunca lhe ter conseguido estabelecer quaisquer fronteiras culturais entre as suas comunidades, como o dialecto barranquenho nos recorda ainda aos ouvidos.

Para além do legado natural dos ecossistemas mediterrânicos, desfrutamos do património geológico-mineiro em vestígios de mineração pré-histórica ou no encaixe da ribeira de Múrtega. Mas esses são apenas alguns dos testemunhos da mão da natureza ou da passagem dos povos por estas terras de fronteira.

No ponto de partida de 5 percursos pedestres sinalizados no Monte da Coitadinha (www.parquenoudar.com), a memória do lugar leva-nos ao ano de 1936 – no início desse mundo em transformação que foi a Guerra Civil de Espanha – e a um dos mais marcantes testemunhos de solidariedade entre povos. Veja-se o documentário "Los Refugiados de Barrancos" de Ángel Hernández (2008) e acompanhe-se os percursos com a leitura de Dulce Simões (Barrancos. *Na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha.* Memórias e testemunhos, 1936, Colibri, 2007).

Nas margens do Ardila – em 1936 "a linha divisória entre a vida e a morte" – desenrola-se uma verdadeira crise humanitária, com a perseguição dos vermelhos, republicanos e anarquistas, para serem fuzilados pelas hordas nacionalistas de Franco. "Na manhã de 21 de Setembro, aumentou a concentração de refugiados junto ao rio Ardila (do lado espanhol), frente às herdades da Coitadinha e das Russianas". Estas tornam-se campos de refugiados improvisados, sem que aí tenha existido "um espaço demarcado de detenção com um policiamento rigoroso, permitindo aos refugiados transitarem entre os dois campos e compartilhando comida e informações" perante "o terror que trespassava a fronteira portuguesa, através de relatos de fuzilamentos de parentes e amigos, contribuindo para que portugueses e espanhóis partilhassem da emoção colectiva do conflito." Em Barrancos, apesar do anticomunismo do Estado português, "as estratégias de resistência das populações opuseram-se ao poder dominante, escondendo familiares e amigos conotados como "rojos" durante e após a guerra"

Os cerca de 1.020 refugiados de Barrancos embarcam de Lisboa para Tarragona em Outubro de 36, escapando à repressão nacionalista. Crucial foi a acção individual do Tenente Seixas, da Guarda Fiscal de Safara, que torneou o exército e a PVDE de Salazar instalados em Barrancos "para impedir a entrada de comunistas", ao providenciar o transporte de todos os refugiados, cujo número exacto havia ocultado. Após o embarque, a Rádio República de Barcelona agradece a sua acção, afirmando: "El teniente Seixas aún era el único oficial portugués que los tenia en el lugar debido". Acaba condenado por Salazar e reformado compulsivamente.

DESNORTE >>

Corpos castigados, corpos recuperados

CLÁUDIO DUQUE

Existem poucos filmes capazes de levar-nos a superar o papel de mero espectador e conceder-nos esse raro privilégio que é sentir-se parte daquela história que nos contam, sentir que os nossos olhos acompanham cada momento, que podemos desfrutar com cada sorriso ou sofrer com cada lágrima, sentir o aroma mais prazenteiro ou o fedor mais repugnante; e quando aparece uma obra assim estamos perante uma dádiva que não podemos recusar. *Regarde Elle A Les Yeux Grand Ouverts* é um desses filmes, cinema militante sem preconceitos, filma-o **Yann Le Masson** mas os créditos deixam bem claro que é um trabalho colectivo, e não podia ser de outra maneira porque o realizador sabiamente permanece espectador de experiências que, enquanto homem, jamais pode entender na sua plenitude, e como qualquer bom documentarista sabe que existem histórias que se contam apenas observando-as.

Quando em 1975 foi promulgada em França a lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, o MLAC d'Aix en Provence (Movimento pela Liberdade do Aborto e da Contracepção) já existia desde há dois anos, perante as carências médicas foi criado para terminar com a carnificina clandestina em que mulheres mais desfavorecidas economicamente eram as vítimas.

REGARDE ELLE A LES YEUX GRAND OUVERTS
YANN LE MASSON
FRANÇA, 1980
90 min

Como movimento foi possível graças a todas as lutas feministas dos anos precedentes, donde se reivindicava o direito da mulher ao domínio do seu próprio corpo.

Na "Commune" de Aix as mulheres iam abortar e as mulheres praticavam abortos sem assistência médica directa, mulheres que sabiam que a única forma de recuperar esse ansiado "direito" ao próprio corpo era recuperando os conhecimentos que lhes tinham sido arrebatados por uma medicina e uma ciência sempre patriarcais.

O documentário acompanha estas mulheres no seu itinerário criminal, à margem da lei –finalmente julgadas por prática ilegal da medicina e por praticar um aborto a uma menor –, onde pouco a pouco vão propondo, não apenas uma rede de apoio necessária por contingências legais, mas também uma verdadeira alternativa à prática hospitalar, nesses dois casos limites e de importância extrema para qualquer mulher, o aborto e o parto. E se a interrupção voluntária da gravidez volta a ser sequestrada em países cujo "progresso moral" ninguém se atreve a questionar, o domínio do parto torna-se absoluto. Numa conversa colectiva uma das mulheres diz "**É lógico que te queiram controlar o parto, porque se as mulheres se dão conta da força que têm dentro imaginam donde podemos chegar? Se temos essa força para parir temos a força necessária para tudo!**", e essa força há muito que lhes foi roubada, foi-lhes roubada para que triunfasse a civilização, somente sequestrando a força que produz vida poderiam triunfar as instituições da morte.

Infinidade de momentos de ternura, gestos que acompanham, vozes que sussurram, controlo e poder de uma mulher sobre o seu corpo com o apoio colectivo de outras mulheres, tudo isto destrói o carácter aterrador de um aborto dentro da sua banalidade cirúrgica. Tudo aquilo que a pressão social produz, dúvidas, temores, desaparece no momento colectivo, nenhum aborto deveria ser praticado num hospital, são centros de gestão da morte, ali não existe espaço para os afectos.

É possível que **Yann Le Masson** seja o único realizador que se pode orgulhar de ter realmente captado através de uma câmara esse momento singular (sublime para muitos, trágico para alguns) que é o nascimento de um pequeno ser-humano. As cenas finais que acompanham o parto de Nicole que dá à luz uma menina num ritual de celebração colectiva, onde o acto de parir recupera a sua função simbólica, sem preconceitos, transformam-se em momentos tangíveis: sofremos com cada alento e entusiasmamo-nos com cada sinal de vida. No entanto, se à morte não devemos nada, nascer no único dos mundos possíveis sim que tem um preço.

VER: HTTP://WWW.LES-RENSEIGNEMENTS-GENEREUX.ORG/VIDEOS/4091

OFICINA ARARA

—— O que é a OFICINA ARARA?

É uma concentração de ar quente, terra, água e fogo onde se emprega a força dos membros sem medos nem termos. Uma arena de miragens rodeada de tinta sem margens. É o nosso oficio.

—— Onde estão sediados?

No vazio da pedreira. Nesse vazio sem fim à sombra, lançamos pedras de papel.

—— Quais as motivações para a criação do colectivo?

Ver crescer a erva nos muros.

—— Quantas pessoas são?

2, 3, 4, 5, 6.... Tantas quantas o barulho da maralha que com ideias baralhadas estende a toalha e pinta a manta e dessa gente nasce outra tanta, que mão a mais a cantar ou a malhar é certo que não vá atrapalhar.

—— Como começaram?

Acampámos em alto mar e inventamos todos os dias a língua mãe.

—— Qual é a vossa formação?

Andar à volta do desenho enquanto engenho e do colectivo enquanto comunhão.

—— Qual a função de cada qual?

Ser maneta da mão esquerda e bater palmas com o maneta da mão direita: é cantar ao desafio. As vezes rima, as vezes não.

—— Qual era a vossa ideia no princípio?

Inventar o já inventado, que é trabalho a dobrar. Multiplicar, dividir, somar e rimando subtrair o que em boa hora tem de sair. Fazer caminho ao andar, fazer andar o caminho. Nunca o fim terminar mas com ele o princípio fecundar.

—— Porquê a serigrafia?

Não é que queiras ser pirata, mas acontece-te de repente um dia seres náufrago. E é aí que vira a vida ao primata, que caga mas não é coprófago. Pois é.

—— Qual era a pergunta?

Inventar novas folhagens em árvores antigas, com a força da mão e o braço da máquina, de pé ou sentado, em múltiplos diferentes nas semelhanças e iguais na variação.

—— Como assim?

Às vezes é apenas uma ideia.

—— Têm algum método?

Vai aparecendo por conta própria, nascido do peito de uma máquina cuja sina não é a pura cópia. Emprenhar a t[illegible]rto e a direito, sem abrindo a porta dos fundos revelando lugares fecundos.

—— O colectivo é autónomo ou dependente?

Somos todos dependentes uns dos outros. Alimentamos o burro a pão-de-ló, côdeas e vinho sem dó. Também não pensa muito nem faz contas de monta.

—— O colectivo participa de alguma organização, rede ou movimento social, cultural ou politico?

Somos do Porto, *muito mais vivo que morto.* [*no estaba muerto sino que estaba de parranda*]

—— Que tipo de liderança existe no grupo?

Dirige-nos um maestro de orquestra audio-invisual que não vemos: este é irmão daquele que é primo do outro que é cego.

—— Qual a forma mais frequente da divisão de trabalho?

Tu lavas eu limpo, tu sonhas eu durmo, tu branco eu tinto, todos verdes todos maduros.

—— Quais as situações de trabalho mais frequentes?

No geral vive-se um afluente mindinho que encontrando outro afluente e outro e outro, formam um riacho que abre pelas pedras caminhos.

—— Qual o espaço territorial de atuação do grupo ou colectivo?

Sermos trapezistas com cócegas: *no abismo principia a ascensão.*

—— Que projectos para o futuro?

É só uma ideia. E se não for nova, ser nova ao fazer

mapa.
Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 7
SETEMBRO-OUTUBRO 2014
3000 EXEMPLARES

JORNAL MAPA .PT

TEXTO: JBB ILUSTRAÇÃO: BINAU

Desde 2011 que o projecto "Terminator Studies" funciona como um observatório do cenário catastrófico de Terminator ("O Exterminador Implacável", na versão portuguesa), filme realizado há trinta anos por James Cameron. Rompendo a linha temporal dos acontecimentos, parte da ciência e da ficção para criar um arquivo de acontecimentos, produzindo assim uma cartografia subjectiva. Este texto segue alguns passos do mapeamento criado pelo projecto.

«Uma vantagem assinalável destas máquinas é a constante vigilância que elas exercem sobre a distracção, a negligência e a preguiça do homem» - Charles Babbage, Tratado sobre a economia das máquinas e das manufacturas, Paris, 1833

A ideia de «risco tecnológico» surgiu em 1945, quando um grupo de génios da época fez surgir a bomba atómica. Alguns desses homens foram também responsáveis pela cibernética pioneira, pela inteligência artificial e pela ciência informática, que nos dominam e ameaçam nos dias de hoje.

Cientistas de vários horizontes, investigadores, jornalistas, peritos, investidores e activistas, todos concordam que o actual desenvolvimento tecnológico constitui, mesmo a curto prazo, uma ameaça à espécie humana. Muito frequentemente, a referência cultural para falar deste tema é o filme de 1984, "Terminator".

William Wisher, co-argumentista do filme, em conjunto com Cameron, confessou numa entrevista recente que se inspirou no trabalho da DARPA, a agência de desenvolvimento tecnológico de defesa norte-americana, para escrever o argumento do filme.

A INDÚSTRIA DA DISTRACÇÃO

De Reagan a Schwarzenegger, ambos actores famosos tornados governadores, a fusão entre entretenimento e política sempre foi uma realidade integrada na Califórnia. «O entretenimento faz parte da nossa diplomacia americana» disse Barack Obama em 2013, durante um encontro no quartel-general da DreamWorks , um dos maiores estúdios norte-americanos de cinema e entretenimento e, simultaneamente, uma das maiores doadoras da última campanha presidencial de Obama.

Por isso, quando a Wikileaks publicou milhares de documentos diplomáticos confidenciais, coube à Dreamworks produzir The Fifth Estate, um thriller baseado nos factos controversos relacionados com a revelação de milhares de ligações secretas. Enquanto isso, Julian Assange, o rosto mediático relacionado com o fenómeno Wikileaks, não está de todo descontente com a sua personagem nos Simpsons:

«Quando os Simpsons fazem qualquer coisa contigo não pode ser completamente mau.»

Pouco tempo passado e já a vida de Edward Snowden, o agente da NSA (Agência Nacional de Segurança norte-americana) ,que recentemente pôs a boca no trombone em relação aos esquemas e ao alcance da vigilância da dita agência , e que agora vive grande parte do seu tempo no interior de um robô de tele-presença, inspirou um livro cujos direitos de adaptação cinematográfica foram imediatamente comprados pelos produtores de James Bond.

A CIA, que durante a Guerra Fria dos anos 50 e 60 usou a arte moderna como arma ideológica contra a URSS, aprovou em 2012 o argumento do filme que narra a captura de Osama Bin Laden, produzido por Megan Ellison, filha de um dos magnatas de Silicon Valley, zona californiana conhecida pelas indústrias de desenvolvimento tecnológico, e que recentemente comprou o franchise de "Terminator".

«Estamos a construir o Homem-de-Ferro» declarou também o presidente norte-americano, desta vez durante um congresso sobre inovação. O que acontece é que não só Hollywood é a maior empresa de exportação norte-americana, como o cinema e a inovação técnico-militar parecem trabalhar lado a lado.

Hollywood tem uma longa história de receber estímulos e apoio logístico de vários sectores do exército dos Estados Unidos: por exemplo, o laboratório ICT, fundado por militares, é frequentemente premiado pela qualidade dos seus efeitos especiais em filmes de acção.

WE ARE THE ROBOTS

Se a imagem musculada do Super-Homem é frequentemente associada a personagens cyborg ficcionadas, Jéremie Zimmermann, um defensor das liberdades na Internet, assinala, num artigo de Maio de 2014 que estamos actualmente a viver uma era cyborg:

"Funções básicas dos nossos corpos, tais como comunicar, recordar, reconhecermos-nos, as nossas memórias pessoais e partilhadas e a maior parte dos nossos trabalhos são agora inseparáveis das funções das máquinas."

A vigilância tornou-se comum à necessidade da população de tudo registar, tornando-nos assim a todos empregados voluntários das corporações californianas, que estão actualmente a construir um império com o conhecimento que lhes fornecemos, ou, por outras palavras, com o que nos retiram à nossa privacidade.

Os "Jetsons" deram-nos o sonho dum robô desenhado para nos ajudar. Com o "The Terminador" deram-nos o pesadelo duma máquina desenhada para matar. Aparentemente o futuro está aqui" - CNN, 05/14/2014

Trinta anos após o filme, a Google adquiriu as máquinas de guerra da DARPA, ao mesmo tempo que uma campanha contra os "robôs assassinos", lançada pelo Professor Noel Sharkey, está a iniciar um debate nas Nações Unidas, na presença de representantes de todos os países, solicitando a possibilidade de os banir. A Google torna-se assim Skynet, o antagonista de «O Exterminador Implacável», uma máquina criada pelo homem que luta pelo domínio do planeta.

Vivemos agora num mundo onde as pessoas são assassinadas à distância com base na sua meta-informação. Do "Capitão América" ao "Toy Story", do "Apelo do Dever" ao "Assassinato Colateral", do "Terminator" ao Google, a fronteira entre informação e entretenimento, jogos de vídeo e crimes de guerra, privacidade e vigilância, alucinação e realidade, está a desaparecer.

As formas de inteligência artificial que hão-de vir, tal como as corporações as estão a desenhar, irão necessitar de cada vez menos seres humanos e apenas do mais aptos, mais previsíveis e mais bem entretidos. Ou como Bill Joy disse em 2000: «O futuro não precisa de nós».

MAPA BORRADO

EM ANO DE ELEIÇÕES EUROPEIAS A TSF ANDOU POR VÁRIOS PAÍSES A FAZER COBERTURA DAS CAMPANHAS ELEITORAIS
MAS NÃO SE FICOU POR AÍ...
"A REPÓRTER ANDOU À PROCURA DE MÚSICOS DE RUA DE QUALIDADE E QUE TIVESSEM DISPONIBILIDADE DE VIR A PORTUGAL A CONVITE DA TSF"
AT HOME in EUROPE
AT HOME in EUROPE
É NADA MELHOR PARA CELEBRAR A CULTURA POPULAR EUROPEIA DO QUE IMPORTAR UMA MÃO CHEIA DE MÚSICOS DE RUA, CHAMAR A EGEAC E UMA MARCA DE CERVEJAS, E ENTRETER O VERÃO COM MAIS UM PROTO-SUPER-EVENTO: LISBOA - CAPITAL EUROPEIA DA MÚSICA DE RUA (!!!)
O EVENTO FOI RECEBIDO POR TODA GENTE COM DESMEDIDO ENTUSIASMO, SOBRETUDO ENTRE OS MÚSICOS DA CIDADE
WE'RE UP ALL NIGHT TO GET LUCKY... UH UH...
ISTO É QUE É UMA COISA COMO DEVE SER, SIM SENHORA!!! SÓ NÃO SEI É COMO É QUE TOCO EM LX HÁ NÃO SEI QUANTOS ANOS E NUNCA VI ESTES GAJOS...
ISTO É SOBRETUDO UMA DISCUSSÃO EDITORIAL DE COMO ORGANIZAR OS MÚSICOS DE RUA PARA QUE CONTRIBUAM PARA HAVER MELHOR TURISMO NAS GRANDES CIDADES
PAULO BALDAIA DIRECTOR DA TSF
YÁ, O PROBLEMA DEVE SER NOSSO... COMO NÃO VALEMOS UM CARALHO, TIVERAM DE IMPORTAR DE FORA
TAMBÉM... ESTE PESSOAL NÃO TEM CULPA... AO MENOS TÊM COMIDA E ALOJAMENTO E PODEM ESTENDER O CHAPÉU SEM QUE A POLÍCIA MUNICIPAL LHES CAIA EM CIMA...
... GRANDE INCENTIVO À CULTURA ...
VOCÊS SABEM QUE É PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL TOCAR EM LISBOA COM AS TAXAS ABSURDAS QUE A CÂMARA PEDE?
SÓ PARA SE ABRIR UM PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO SÃO UNS QUATROCENTOS EUROS
PARA LICENÇAS MAIS CENTO E TAL... ISTO QUANDO PASSAM LICENÇAS SEQUER...
DEPOIS AINDA TÊM A LATA DE FAZER UMA COISA ASSIM A FINGIR QUE GOSTAM DE MÚSICA, DOS ARTISTAS E DA CIDADE...
OLHA... MERDA... PARA NÓS, ESTÁTUAS VIVAS NÃO É TÃO FÁCIL FUGIR
JOÃO BUGA + JOSÉ SMITH VARGAS